

## **Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e de Semiliberdade do Rio Grande do Sul - Pemseis**

### **Apresentação**

O Pemseis consiste na sistematização das orientações técnicas e diretrizes balisadoras da intervenção institucional no atendimento ao adolescente privado ou restrito de liberdade no Rio Grande do Sul. A elaboração do programa é fruto de trabalho coletivo que partiu do conhecimento e da vivência dos próprios funcionários da Fundação, buscando valorizar e resgatar o saber construído por estes agentes, à luz das responsabilidades institucionais na consecução das políticas públicas dirigidas a adolescentes em conflito com a lei.

O principal objetivo do Pemseis é viabilizar a unificação dos procedimentos e dos principais conceitos que informam o atendimento dos adolescentes no cotidiano do trabalho nas unidades de internação e semiliberdade, bem como a qualidade das relações ali estabelecidas. A elaboração de um Plano Individual de Atendimento - PIA, para cada adolescente que se encontra sob custódia da Fundação, é o aspecto principal do Pemseis, que a partir do olhar para a subjetividade de cada adolescente e das circunstâncias do ato infracional cometido, planeja as ações institucionais em relação a cada um, em espaços coletivos e individuais de atendimento.

O Pemseis registra e normatiza o modo como a Fundação efetiva a garantia de direitos na execução das medidas sócio-educativas privativas e restritivas de liberdade, consolidando importante avanço na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e afirmando a viabilidade da mudança paradigmática, que está em curso no Brasil desde o advento desta Lei.

A implementação do Pemseis possui uma importante diretriz relacionada à gestão institucional, trata-se da política de convênios e parcerias com vistas a abertura da instituição à sociedade e, sobretudo, para a rede de atendimento à população infanto juvenil na perspectiva de potencialização das ações e co-responsabilização social pelos adolescentes privados de liberdade do Estado.

Os convênios com organizações não-governamentais possibilitam atividades durante todo o ano, envolvendo toda a população do sistema em oficinas de trabalho educativo, esporte, lazer e cultura. Em 2001, foram realizados 97 cursos em diversas áreas de trabalho, sendo que, no final do ano, foram realizadas formaturas em todas as unidades de Porto Alegre. O Fórum de Trabalho Educativo - FORTE, órgão que congrega entidades da sociedade civil que atuam na área do trabalho educativo, é a entidade que está à frente dos convênios nesta área. Nas unidades do interior, convênios com outros órgãos e entidades, como a Fundação de Ciência e Tecnologia vinculada a Universidade Federal de Santa Maria, viabilizam oficinas de trabalho educativo aos adolescentes. Todo o trabalho é desenvolvido no sentido de garantir atividades nas unidades durante o ano, respeitando a

peculiaridade da população atendida.

Parcerias com Universidades e a Defensoria Pública integram o projeto “Advogando o ECA”, que prevê a revisão processual e a qualificação do atendimento jurídico prestado aos adolescentes, já que a relação com o Judiciário e as ações dos Juizes da Infância e Juventude têm repercussão direta no cumprimento das medidas por parte dos adolescentes.

Após dois anos de implementação do Pemseis na Fundação, esse Programa foi **publicado em maio de 2002 e está sendo disponibilizado em sua íntegra. Confira:**

### **Texto para contracapa**

Apesar do seu caráter quantitativo reduzido, a questão do adolescente infrator possui um indubitável efeito contaminante negativo sobre o conjunto das políticas sociais. Quem não resolve esse problema compromete todas as políticas sociais para a infância em geral e para os direitos humanos dos adolescentes, em particular. A questão do adolescente infrator constitui um extraordinário termômetro da democracia.

O Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas do Rio Grande do Sul, que aqui se apresenta, constitui a prova de um extraordinário esforço, por outra parte antecipatório da futura Lei de Execuções de Medidas Sócio-Educativas.

No Rio Grande do Sul, a infância é, também e sobretudo, uma questão de justiça.

Emílio Garcia Mendez

### **Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e de Semiliberdade do Rio Grande do Sul**

**PEMSEIS**

## **Sumário**

### **Apresentação**

*Da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude*

*Do Ministério da Justiça*

*Da Direção-Geral da Febem/RS*

### **I - PEMSEIS**

#### **1. Contextualização Institucional e a Necessidade do Programa**

#### **2. Adolescência e Medidas Sócio-Educativas: aspectos teóricos**

#### **3. Os Princípios do PEMSEIS**

#### **4. Objetivos do PEMSEIS**

#### **5. O Processo Sócio-Educativo de Execução da Medida de Internação**

##### 5.1 Descrição do Ambiente

##### 5.2 Acolhimento

##### 5.3 Plano Individual de Atendimento

##### 5.4 Ações Sócio-Educativas

##### 5.5 O Papel dos Agentes Institucionais

##### 5.6 A Dinâmica Institucional

#### **6. O Processo Sócio-Educativo de Execução da Medida de**

#### **Semiliberdade**

##### 6.1 Descrição de Ambiente

##### 6.2 Acolhimento

##### 6.3 Plano Individual de Atendimento

##### 6.4 Ações Sócio-Educativas

#### **7. Plano de Implantação do PEMSEIS**

#### **8. Interfaces**

#### **9. Referências Bibliográficas**

### **II - Textos Complementares**

#### **Normatização da Comissão de Avaliação Disciplinar**

- 1 Introdução**
- 2 Fundamentação Teórica e Legal**
- 2 Operacionalização do Procedimento**
- 3 Homologação**
- 4 Efeitos**
- 5 Disposições Gerais**

#### **Relatório Avaliativo**

- 1. Síntese dos Trabalhos Desenvolvidos**
- 2. Considerações Finais**
- 3. Referências Bibliográficas**

#### **Programa de Inserção Comunitária e Acompanhamento de Egressos**

- 1 Apresentação**
- 2 Justificativa**
- 2 Dados da População e dos Desligamentos do Sistema**
- 3 Objetivos**
- 4 Metodologia**
- 5 Público-Alvo**
- 6 Referências Bibliográficas**

## **Apresentação**

*Da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (ABMP)*

AO CORAÇÃO QUE AGUARDA.

É com grande alegria que recebi, e me apressei em aceitar, o honroso convite para apresentar esta publicação das diretrizes gerais do atendimento sócio-educativo da Febem/RS.

Trata-se de proposição tão atual quanto rara e necessária, tão acertada no esforço que traduz quanto são simples as soluções que, com senso de sabedoria e oportunidade estratégicos, nos aponta.

Acompanhando passo a passo a sua elaboração, como Juiz das Execuções das Medidas Sócio-Educativas em Porto Alegre, penso que devemos comemorar a publicação sobretudo em nome da **ABMP - Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude**, que lhe empresta o selo de qualidade editorial da **Biblioteca dos Direitos da Criança**, hoje sob minha responsabilidade.

E o que se atesta, com a qualidade do conteúdo aqui publicado, é que ele representa uma resposta concreta à necessidade de preenchimento de um dos mais importantes campos do tão apontado vazio normativo na execução das medidas sócio-educativas: o das diretrizes programáticas do atendimento técnico e institucional na privação da liberdade.

Não é de hoje que os mais abalizados operadores jurídicos - a ABMP como entidade vem insistindo nisso desde 1998 - apontam a necessidade de uma Lei de Diretrizes Sócio-Educativas. Seguramente, entretanto, a sedimentação de uma proposta legislativa enfrenta como pressuposto o

preenchimento de importantes lacunas conceituais - e dos correspondentes vazios nas diretrizes gerenciais, no trabalho técnico e na própria operação do cotidiano institucional.

Trata-se aqui de detalhes ora abstratos demais para “os de fora”, ora por demais cotidianos e singelos para “os de dentro”, mas que sem serem solucionados propiciam a instalação da anomia e do caos, e, com eles, permanece sempre distante a eficácia pedagógica destas complexas medidas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.

Operando um sistema normativo por excelência, cujo papel expressa a força coercitiva do Estado no sancionamento da infração penal, é inadmissível que as entidades executoras da privação da liberdade de adolescentes subsistam à margem da regulamentação escrita de suas rotinas de atendimento e de procedimentos técnicos sistematizados - certo de que o vazio da normatividade institucional é terreno fértil para a confusão gerencial, para o subjetivismo, para a discricionariedade e a arbitrariedade: na falta das palavras, além do silêncio prospera a violação dos direitos não-enunciados. Algumas dessas principais lacunas - e das dúvidas que a partir delas se instalam - estão, quando não enfrentadas e razoavelmente solucionadas, ao menos mais bem evidenciadas na elaboração do conjunto programático publicado nesta edição, que em muito contribui para sistematizar um esboço normativo do que deva ser a regulamentação de um programa de privação de liberdade.

Por si só, o produto que se compartilha hoje é vivo e quente como o choro na face da mãe na reconquista do filho em liberdade. É matéria viva, depurada entre sustos e erros, arrancada à força de *habeas corpus* do texto de uma lei que muito sugere e pouco se basta.

É sobretudo da lei - com seus significados ora insinuados, ora literais, mas sempre polissêmicos - a palavra que se conjuga aqui em novas e múltiplas sintaxes, alimentada da certeza de que só acerta a experiência talhada no diálogo a peito nu com a realidade. E mesmo que com tanta virtude, a palavra que se traz aqui não é conclusiva, mas um começo; não arremata,

mas alinhava. Não se propõe doutrina, nem modelo, nem referência, nem apanágio de solução - ou, como simplificou o poeta, *nem vanguarda, nem retaguarda: apenas aquilo que o coração aguarda.*

Leoberto Brancher

Juiz de Direito da Vara de Execuções  
de Medidas Sócio-Educativas de Porto Alegre

Coordenador da Biblioteca  
dos Direitos da Criança da ABMP

*Do Departamento da Criança e do Adolescente*

*Secretaria de Estado dos Direitos Humanos*

*Ministério da Justiça*

Decorridos quase 12 anos de aprovação da Lei 8069/90, ainda se faz intenso, em todo o país, o desafio de reordenamento da atenção prestada ao adolescente com medida sócio-educativa, especialmente àquele atendido em regime restritivo ou privativo de liberdade.

É, portanto, estimulante verificar o poder luminoso dos sérios esforços de revisão da prática institucional, à luz dos direitos humanos e das garantias previstas no ordenamento jurídico brasileiro - normativa internacional, Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, a exemplo do Programa de Execução das Medidas Sócio-Educativas de Internação e de Semiliberdade do Rio Grande do Sul, o PEMSEIS.

Essa diligente energia de organização do atendimento sócio-educativo, demonstrada pela Febem do Rio Grande do Sul, vem fornecer elementos referenciais para uma discussão ampla sobre a questão. Esperamos que essa discussão, já iniciada junto aos seus agentes institucionais, possa se alastrar com efeito pandêmico, em face da sua potencialidade de repercussão, junto aos órgãos e aos profissionais de outros estados, que se vêem compelidos a elaborar uma proposta pedagógica de atendimento sócio-educativo, à luz do estalão de direitos.

O fulgor que parte de iniciativas como essa é decorrente do empenho para analisar aspectos teóricos importantes, correlacionando-os com a experiência vivida, e de sistematizar uma prática institucional pautada numa ética de responsabilidade, organizando procedimentos a cargo de sujeitos éticos e autônomos, vivendo determinada situação de relação educadores-educandos, fundamentada em princípios e valores.

O Departamento da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Estado dos



Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, não poderia deixar de parabenizar a equipe de profissionais que elaborou esta obra, sentindo-se feliz em apresentá-la, na certeza de que representa um avanço enquanto planejamento de organização técnico-pedagógica para os regimes de internação e de semiliberdade, e ciente de que contribuirá para a transformação, sob a égide do novo paradigma e dos direitos de cidadania, das antigas práticas de atendimento de adolescentes infratores.

É com grande satisfação que chegamos ao momento do "nascimento" desta publicação. Ou seja, a possibilidade de que um trabalho que vem sendo gestado ao longo dos últimos dois anos, por um conjunto significativo de profissionais no contexto da instituição Febem/RS, seja levado a um conhecimento mais ampliado de pessoas da comunidade gaúcha e brasileira interessadas em temas como a adolescência, a violência e, principalmente, a execução de medidas sócio-educativas.

Trata-se de um ensaio que conta com um significativo desafio, pois temos algumas convicções decorrentes da experiência empírica da prática cotidiana, ou ainda crenças em relação às concepções que nos norteiam, porém também nos deparamos com muitas dúvidas advindas das próprias modificações rápidas da realidade social e institucional na qual estamos inseridos. Portanto, nosso objetivo é contribuir com o debate sobre todo o temário que nos envolve, e da mesma forma colher críticas e contribuições.

De outra parte, a sistematização das idéias e experiências, ou seja, a evolução da palavra "falada" para a escrita, tem um papel significativo na organização do pensamento e, no caso institucional, na organização, padronização e normatização do trabalho. Faz parte, portanto, da opção política e metodológica adotada a etapa da publicação. Uma nova fase se inicia, caracterizada pelo avanço possibilitado pelo texto, que é de domínio público. A exposição, ao mesmo tempo em que nos assusta, gera o compromisso de todos interna e externamente com a implementação do programa de medidas sócio-educativas aqui proposto - e isto com certeza irá provocar avanços e reflexões.

Assumimos a Direção da Febem/RS em junho de 2000, após um período de turbulência institucional e política que culminou com o afastamento judicial da presidência anterior. Nessa circunstância, iniciamos uma nova etapa de gestão do Governo Democrático e Popular do Rio

Grande do Sul à frente da Fundação.

Esta observação é importante porque tivemos a tarefa de dar seguimento a um importante esforço protagonizado pelo governo, mas que contou com a participação de várias organizações integrantes do sistema sócio-educativo do Estado, na elaboração de diretrizes para a política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Encontramos, portanto, em fase conclusiva os referenciais globais em nível extra-institucional; mas entendemos que a mudança necessária em uma instituição como a Febem deve partir de sua realidade e, especificamente, do diagnóstico dos problemas existentes. Sendo assim, realizamos um processo de planejamento estratégico, o qual resultou em 13 projetos de melhoria que incidem em todas as áreas da Fundação, através dos quais dirigimos toda a metodologia de nossa gestão.

O Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade - PEMSEIS - é um desses projetos, elaborado a partir do diagnóstico de ausência de referenciais claros acerca da concepção de atendimento na Fundação, cujo histórico é de várias iniciativas dispersas ao longo dos anos que resultaram em orientações distorcidas e contraditórias, além da ausência de uniformidade no trabalho das várias unidades de atendimento, as quais funcionavam de maneira independente.

Esta situação constatada identifica-se em muito com a cultura institucional, que tende a justificar a não-execução pela falta de orientação, ou, ainda, a manutenção de práticas referenciadas em um paradigma correccional repressor em meio ao limbo da falta de normatização ou de orientações precisas.

De outra parte, muitas experiências positivas, coerentes com as definições do Estatuto da Criança e do Adolescente, também eram observadas. Porém, por serem dispersas, iniciativas individuais ou de equipes, sem a estatura institucional necessária, acabavam por não se constituir em referenciais a serem seguidos.

O PEMSEIS foi elaborado para responder a este diagnóstico. Trata-se

de uma proposta de atendimento aos adolescentes que cumprem medida sócio-educativa na Fundação, partindo das experiências positivas já em funcionamento, do acúmulo técnico disponível entre inúmeros funcionários e também da contribuição de pessoas que compunham nossa gestão com outras vivências na área social e de execução do ECA. Portanto, é importante enfatizar que o texto desta publicação tem efetivamente muitas autorias; é resultado de um processo interno de construção coletiva, além de responder a necessidades de nossa realidade em particular.

Depois de elaborado em versão preliminar, o Programa foi amplamente discutido em instâncias internas, foi apresentado nas equipes técnicas e diretivas de todas as unidades, esteve sujeito a várias contribuições e ajustes. Concluído o texto, cada Unidade fez seu próprio planejamento para implementação, partindo de sua realidade e estabelecendo metas a atingir para adequação de seu trabalho ao novo Programa. Em paralelo, em conjunto com os demais projetos do planejamento estratégico, o PEMSEIS foi apresentado, discutido e aprovado no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDICA -, e depois disso levado ao conhecimento de outras instituições integrantes do sistema de atendimento, sempre aberto a novas sugestões.

Para além da contextualização metodológica, é oportuno nesta apresentação situar o leitor com relação ao conteúdo que irá encontrar nas próximas páginas. Nosso ponto de partida foi a definição conceitual de adolescência e do ato infracional cometido como uma circunstância na vida de nossos jovens. Trata-se de um acontecimento que tem múltiplas causas, situadas no campo das contradições produzidas na sociedade contemporânea que se inter-relacionam com aspectos subjetivos dos jovens, em um momento peculiar na formação de suas personalidades.

Nesse aspecto, situa-se a primeira opção ideológica e teórica que precisamos realizar. Em decorrência, então, passamos a definir o papel da instituição responsável pela execução de medidas sócio-educativas não como espaço de segregação ou repressão, mas como uma instituição-

continente que tem a tarefa de desenvolver junto a cada um de seus jovens um projeto terapêutico/pedagógico, que seja capaz de ressignificar valores, construindo junto com eles novos projetos de vida para sua inserção social.

Para realizar tal tarefa, o programa prevê dois níveis de intervenção e de organização do trabalho. O primeiro é o Plano Individual de Atendimento - PIA, tarefa a ser desenvolvida de forma interdisciplinar, que deve partir de um diagnóstico e traçar metas a serem buscadas em várias áreas, porém com enfoque na realidade subjetiva de cada adolescente. O segundo nível é o plano coletivo de atendimento, composto pelas várias atividades desenvolvidas na unidade, que devem estar em sintonia com a concepção expressa no projeto terapêutico pedagógico como um todo.

O PEMSEIS constitui-se, portanto, no resultado da tarefa de elaboração que cabe às organizações executoras de medidas sócio-educativas visando à implementação das determinações previstas no art. 94 do ECA. Trata-se do aprofundamento teórico e da definição da metodologia de trabalho, necessária ao cumprimento das normativas legais, e, principalmente, constitui-se no “elo” entre a proposta paradigmática expressa no ECA e o cotidiano da instituição que lida com a privação e restrição de liberdade de adolescentes.

Outros três textos fazem parte desta publicação: “Normatização da Comissão de Avaliação Disciplinar”, “Relatório Avaliativo” e “Programa de Inserção Comunitária e Acompanhamento de Egressos”. São textos que foram elaborados no ano de 2001, portanto posteriores ao PEMSEIS, como complementos, respondendo a necessidades específicas.

O primeiro trata das regras para aplicação de sanções disciplinares no âmbito da execução da medida sócio-educativa de internação. É inovador, pois trata de tema de difícil abordagem dentro e fora das Unidades executoras, mas principalmente porque, ao propor um regramento de procedimentos, garantindo inclusive a ampla defesa e o contraditório por parte dos adolescentes, busca romper com a discricionariedade na aplicação de medidas disciplinares, constituindo requisitos para que de fato ocorra o

caráter educativo das sanções. Durante o processo de elaboração deste documento, contamos com a consulta voluntária, de valor inestimável, do Professor Emílio Garcia Mendez, para quem fazemos desde já nossos sinceros agradecimentos, também pela participação nesta publicação.

O segundo texto complementar contém nossa concepção e roteiro para o relatório avaliativo de nossos adolescentes, tarefa que cabe às entidades que desenvolvem programas de internação, conforme o inciso XIV, art.94 do ECA. Nesse aspecto, nossa produção teve por objetivo propor a uniformização de procedimentos de avaliação entre as entidades executoras e os 10 Juizados regionais que atuam no Rio Grande do Sul. Entendemos que a avaliação é um dos aspectos mais relevantes na execução do Plano Individual de Atendimento - PIA - e deve ser realizada em consonância com este, analisando a evolução dos objetivos propostos de acordo com cada adolescente, devendo refletir o trabalho desenvolvido pela Unidade no período proposto. O Judiciário de Execução, no que se refere à avaliação, deve manter sua especificidade e independência, no entanto precisa atentar para o caráter pedagógico de sua intervenção, atuando de forma integrada com as unidades executoras.

O último documento desta publicação é nosso “Programa de Egressos”, ainda em fase-piloto de implantação. Um de seus aspectos principais está na afirmação do fio condutor existente desde a elaboração do PIA e a preparação da saída do adolescente junto à comunidade e/ou à rede de atendimento responsável pelo seu acolhimento. Objetivo que encontra obstáculos na realização, pois a tradição da instituição está em entender que o trabalho que faz tem seus limites “nos muros que a cercam” e não junto à comunidade. De outra parte, a sociedade, via de regra, está muito pouco disposta a acolher e oferecer possibilidades de inserção social a nossos jovens egressos.

Ainda faz parte deste programa a metodologia de acompanhamento de egressos, por período que pode variar de seis meses a um ano. Além da intervenção objetiva no apoio aos jovens quando necessário, através de

encaminhamentos junto à rede de atendimento, esta tarefa possibilitará a avaliação sistemática do trabalho desenvolvido durante o período de internação.

Cabe-nos esclarecer que o conteúdo aqui expresso faz parte das diretrizes técnicas e políticas que têm direcionado nossa gestão frente à Febem/RS, em grande parte já implementadas, presentes inclusive na linguagem já apropriada por grande parte de nosso corpo funcional. No entanto, enfrentamos grande resistência ao processo de mudança que tais conteúdos propõem à lógica institucional. Entendemos que nosso adversário não está individualmente nas pessoas, mas sim na cultura resistente que constitui a identidade da instituição Febem. Esta visão não é um privilégio daqueles que estão dentro, e se expressa, inclusive, na concepção contraditória que a sociedade nutre acerca dos jovens que estão sob sua custódia.

Portanto, a tarefa de reordenamento que concebemos consiste nas mudanças de conteúdo, método e gestão propostas pelo ECA. Tem a disposição de incidir na mudança da identidade aqui referida, transformando a realidade da organização, às vezes respeitando os processos em evolução, em outras assumindo a atitude de provocar os rompimentos necessários.

A dimensão do desafio está na História, em seus aspectos negativos e positivos, nos avanços e retrocessos, na falta de esperança, mas também na resiliência e na capacidade de reconstrução. No entanto, esse desafio não é maior do que a mudança social que se faz necessária para que se efetive a inclusão social de nossos jovens - e esta é a tarefa que entendemos deva estar proposta como finalidade e objetivo, em nome do que buscamos energia para enfrentar as dificuldades do cotidiano.

Finalmente, gostaríamos de expressar nosso agradecimento aos parceiros nesta publicação. Ao Ministério da Justiça, através do Departamento da Criança e do Adolescente, pelo financiamento e disposição de colaboração, como expressão de reconhecimento. À Associação

Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude - ABMP, na pessoa do Juiz da Terceira Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre, pela sensibilidade na validação do conteúdo aqui sistematizado e pela disposição em construir uma linguagem comum. De forma derradeira, ao Dr. Emílio Garcia Mendez, por suas palavras, que só nos valorizam.



**I Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e  
de Semiliberdade do Rio Grande do Sul**

**Gaúcho Nobre**

*Sou um piazito gaúcho  
E gosto de chimarrão  
Da bombacha e do chapéu  
Da gaita e do violão.*

*Gosto da lida campeira,  
E sempre estou de laço na mão.*

*Meu pai me ensinou  
E logo eu aprendi:  
Gaúcho tem que ser nobre,  
Ter sempre uns cobres  
Para se distrair nos dias de folga,  
Tem que ser hospitaleiro,  
Ser rico por dentro, mesmo por fora sendo pobre.*

*Aqui na Febem, pretendo aprender.  
Hoje sou um interno,  
Mas amanhã grande homem hei de ser...*

*Mostrar a fibra da minha raça,  
E dizer por este Rio Grande querido:  
Serei gaúcho até morrer!*

A.S.B. - adolescente do Centro da Juventude de Santo Ângelo

## 1. Contextualização institucional e a necessidade do Programa

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Estado do Rio Grande do Sul - Febem/RS - foi criada em 1969 pela Lei 5.747/69, e tinha por finalidade propor e executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, políticas para prestar assistência aos "menores carentes e abandonados", bem como dar consequência às decisões proferidas pela Justiça de menores com relação aos então considerados menores infratores.

O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/90), no início da década de 90, impôs a necessidade de reordenamento dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil que atuam na área da infância e juventude, com vistas à adequação aos novos paradigmas conceituais e legais de atenção a esta população. Na Febem/RS, este processo, iniciado, em 1995, vem evoluindo ao longo das gestões da Fundação. No final de 1999 a área de proteção especial foi transferida para a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, definindo o papel da Fundação no sistema de atendimento, como o órgão responsável pela execução das medidas sócio-educativas de **Internação e Semiliberdade**. Atualmente possui 14 Unidades regionalizadas. Estas Unidades possuem objetivos comuns; no entanto, detecta-se a falta de uniformidade metodológica e conceitual, a falta de sistematização nos procedimentos e de diretrizes básicas sobre o atendimento, entre outras diferenciações no funcionamento das unidades. O preenchimento destas lacunas, através da elaboração de uma proposta de intervenção institucional, é fundamental para consolidar, no atendimento prestado pela Fundação, o caráter garantista, inovador e emancipatório disposto no ECA.

Foge ao objetivo deste trabalho analisar as causas que favoreceram o funcionamento acima referido; no entanto, elas podem ser, sucintamente, explicadas pelo processo histórico diferenciado de implantação dos programas em cada Unidade de atendimento, devido à filosofia

implementada por suas Direções e equipes de trabalho, em vista do modelo arquitetônico dos prédios e da configuração do quadro de recursos humanos, bem como pelas adaptações que se fizeram necessárias frente às particularidades regionais e do contexto sociocultural em que estão inseridas.

Situação atual e principais diferenças entre as Unidades da Fundação:

- O **Instituto Educacional Feminino - IEF** - é a única Unidade de atendimento para adolescentes do sexo feminino no Estado. Localizada em Porto Alegre, possui capacidade para atender 30 adolescentes em regime de internação, com ou sem possibilidade de atividade externa, semiliberdade e internação provisória. O atendimento técnico está se reestruturando, devido ao remanejamento entre técnicos da Fundação que ocorreu em maio deste ano. Os técnicos assumem a coordenação técnica de cada um dos 3 grupos de adolescentes (Ala 1, Ala 2 e Semiliberdade), realizando atendimento individual, grupal, atendimento a familiares e supervisão do grupo funcional de forma sistemática. Há um processo de constituição da proposta de interdisciplinaridade, com encaminhamentos aos profissionais com formação distinta do coordenador do grupo. A área de saúde (médicos e dentista) participa da dinâmica institucional e nos diversos fóruns de discussão da Unidade.
- Os **Centros da Juventude - CJs** - possuem a mesma configuração arquitetônica. Estão instalados nos Pólos Regionais de Porto Alegre, Pelotas, Caxias do Sul, Santo Ângelo, Santa Maria e Uruguaiana. Estas Unidades foram construídas nos anos de 1998 e 1999, e todas iniciaram suas atividades sobre uma proposta padronizada de atendimento baseado na interdisciplinaridade, com atendimentos individuais, grupais e de familiares. Tem-se a ponderar que, apesar do curto espaço de tempo de implantação, a padronização inicial não se configura na atualidade, com diferenciações significativas na forma de execução de suas equipes técnicas. O CJ de Porto Alegre, Unidade que atende adolescentes com origem no juizado de Porto Alegre, em situação de primeiro ingresso e com sentença de primeiro grau,

exemplifica esta distinção, pois diante da superlotação e da proporção de técnicos a proposta mais viável tem sido na modalidade de “técnico de referência”. Os técnicos com carga horária de 20 horas semanais (Médicos e Dentistas) realizam seus atendimentos específicos, de acordo com a demanda.

- **A Comunidade Sócio-Educativa - CSE** - é composta por cinco Subunidades localizadas em uma mesma estrutura física - A, B, C, D e ICPAE, que atendem adolescentes com perfis diferenciados. Estas Unidades estão em fase de estruturação do seu atendimento técnico, cuja proposta se baseia nos pressupostos da interdisciplinaridade, com um técnico para os atendimentos sistemáticos em cada Unidade (individual, grupal e a familiares), contando com um ou mais técnicos de apoio para encaminhamentos, conforme a especificidade exigida.
- **O Centro do Jovem Adulto - CJA, Instituto Padre Cacique - IPC e Instituto Carlos Santos - ICS** - possuem uma configuração de “macroinstituição”. O CJA está atualmente sob administração da Brigada Militar, contando com a Equipe Técnica da Febem. O IPC encontra-se com uma população superior a sua capacidade, tendo em vista ser a Unidade destinada a atender os adolescentes daquelas regiões onde ainda não foram construídos os equipamentos previstos no processo de regionalização - Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Osório e Passo Fundo. O ICS também está com uma população superior à capacidade, por ser a Unidade destinada a atender adolescentes em regime de internação provisória (com origem no Juizado Regional de Porto Alegre e nos Juizados Regionais onde ainda não existe unidade de execução) e em regime de regressão de medida do meio aberto. Estas Unidades constituem seus atendimentos técnicos através de microequipes multidisciplinares com atendimento por área.
- **O Centro Sócio-Educativo de Semiliberdade - CSS**, em Porto Alegre, **Centro Renascer**, em Caxias do Sul, e **Instituto de Recepção Iracema Cassel do Canto - IRIICC**, em Santa Maria, são as três Unidades de atendimento a adolescentes que cumprem medida de Semiliberdade. A

proposta destas Unidades é propiciar sua execução em meio aberto, estabelecendo a possibilidade de interação destes adolescentes com a sua comunidade e freqüentando os recursos que esta possui. Contam com Equipes Técnicas reduzidas, em que os profissionais desenvolvem atendimentos pontuais conforme sua formação.

Tendo esta realidade como pano de fundo, sabe-se que a diferenciação entre as Unidades envolve, entre outros aspectos, a população atendida no que se refere a gênero, número, faixa etária e perfil; a composição funcional, tanto na questão numérica quanto aos tipos de profissionais existentes; os programas de atendimento, quanto aos seus pressupostos, modalidades de intervenção, atividades desenvolvidas e o tipo de medida sócio-educativa privativa ou restritiva de liberdade.

É importante destacar que a atual gestão da Fundação tem buscado estabelecer um estreito relacionamento com o Poder Judiciário, além de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais que desenvolvam programas, serviços e projetos considerados relevantes para a composição do atendimento integral ao adolescente em conflito com a lei.

Além disso, é fundamental ter presente a concepção de sistema para a compreensão necessária do que se espera do atendimento pedagógico-terapêutico desta Fundação. Para tanto, utilizar-se-á como ponto de partida a definição do termo como um “Conjunto de elementos, materiais ou ideais, entre os quais se possa encontrar ou definir uma relação; Disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si e que funcionam como uma estrutura organizada; Conjunto ordenado de meios, de ações ou de idéias, tendente a um resultado; Plano, método” (Aurélio, 1975).

A partir desta definição é possível dimensionar a necessidade de estabelecimento de um padrão de atendimento como possibilidade concreta de melhoria do trabalho, reflexão e conseqüente sistematização do atendimento pedagógico-terapêutico.

Este texto pretende estabelecer princípios e diretrizes para o

desenvolvimento do programa pedagógico-terapêutico de atendimento e desencadear um processo de discussão com os agentes institucionais, sendo apresentado como projeto a ser implementado.

## **2. Adolescência e Medidas Sócio-Educativas: aspectos teóricos**

### **2.1 O Processo da Adolescência**

Inicialmente é necessário elucidar a caracterização do usuário dos serviços da Fundação, bem como a compreensão das medidas sócio-educativas privativas ou restritivas de liberdade adotadas.

A concepção de adolescência que norteia este projeto tem seu referencial nas ciências humanas e sociais que compreendem o ser humano em permanente desenvolvimento, que transforma a si e ao meio social, a partir das vivências compartilhadas com seus grupos de convívio e rede de relações.

Dentre as diversas concepções que compõem os referenciais para compreensão desta fase da vida, considera-se no presente trabalho o período da adolescência segundo o critério cronológico adotado pelo ECA.

Desta forma, a adolescência está estabelecida objetivamente com início aos 12 anos e término aos 21 anos, destacando-se a questão de gênero, pois apesar do ingresso de adolescentes do sexo feminino na Febem/RS ser numericamente inferior se comparado ao do sexo masculino, possui a mesma importância e necessita da devida atenção frente às particularidades no que se refere às características físicas, emocionais e culturais.

Cabe esclarecer que muitas características são comuns a ambos os sexos, enquanto fase de desenvolvimento psicosssexual, e diferenciadas quanto aos processos específicos de gênero.

Visando contemplar outra especificidade, na Febem/RS utiliza-se a denominação de “jovem adulto” para caracterizar os adolescentes que estão

na fase final deste período - 18 a 21 anos. Este texto, no entanto, ao denominar “adolescente” pretende abarcar estas categorias diferenciadas de faixa etária e gênero.

A partir destas considerações preliminares, considera-se a adolescência como um processo caracterizado por conflitos internos e lutos que exigem do adolescente a elaboração e a ressignificação de sua identidade, imagem corporal, relação com a família e com a sociedade. Portanto, a adolescência é um período rico de experiências estruturantes da identidade do ser humano.

O corpo do adolescente passa por intensas alterações físicas e fisiológicas, que influenciam sobremaneira o humor, o comportamento e as relações do adolescente. É neste período que a sexualidade é vivida como uma “descoberta”, cujas experiências irão desde o auto-erotismo até a relação sexual genital. Há que se considerar as diferenças de gênero como a menarca (primeira menstruação), os ciclos mensais que se sucedem, bem como a maternidade e a amamentação como processo distinto do desenvolvimento biológico masculino.

A relação do adolescente com o mundo é regida por uma lógica de tempo imediatista. Este imediatismo é estimulado pela sociedade consumista, que incentiva o acúmulo de bens materiais e culturais no menor prazo de tempo. Isto gera ansiedade e frustração no adolescente, na medida em que é estimulado a ter acesso ao que é colocado como valor social.

O consumismo associado a outros valores sociais capitalistas, como a competitividade e a busca da excelência (no sentido de que poucos terão de fato sucesso social e profissional), aprofunda o processo de exclusão social da maioria dos adolescentes.

Na educação das adolescentes, há diferenças de gênero bastante acentuadas por nossa cultura. A jovem adolescente tem seu espaço de sociabilidade eminentemente doméstico. Este contexto lhe oferece, por um lado, contenção e proteção, mas, por outro, a expõe a violências domésticas e à reprodução de papéis sociais. Em função disso, a jovem busca, na

mudança do status de filha para mãe, ou seja, na maternidade, maior autonomia, potencializando assim esse espaço de violências e abusos.

Em seu processo de individuação e de construção da identidade, o adolescente busca referências nos seus pares. Decorre daí a intensa necessidade de convívio em grupos, que se aglutinam pelos mais diferentes motivos, em diversos espaços sociais e se ocupam também dos mais diferentes temas. Entre eles, destacam-se as equipes esportivas, as gangues, os grupos de jovens de igrejas, as torcidas organizadas do futebol, os grupos de música e as galeras do hip hop.

O adolescente expressa uma crítica às regras, crenças e atitudes do mundo adulto. A crítica denota a capacidade cada vez mais consolidada no adolescente de formular seus próprios pensamentos sobre o mundo social. A "rebeldia", comportamento que a todo momento "põe em xeque" os adultos, é resultado desta crítica que o adolescente consegue fazer nesta etapa.

O conflito básico da adolescência, definido no conceito clássico de Aberastrury, consiste em "(...) entrar no mundo dos adultos - desejado e temido - significa para o adolescente a perda definitiva de sua condição de criança. É um momento crucial na vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento que começou com o nascimento" (Aberastrury in Osório, 1991, p. 6).

Assim também afirma Berta Weil: "O adolescente vive em dois mundos - o de criança e o de adulto -, mas não chega a identificar-se imediatamente nem com um, nem com outro. Ele vive um status marginal... seus direitos ficam restritos aos da infância, enquanto seus deveres correspondem aos de responsabilidade de adulto".

O momento de crise é vital, necessário e presente em vários ciclos de amadurecimento e crescimento do homem. Na adolescência, esta crise é de identidade e se reveste de maior vulnerabilidade, na medida em que a estrutura social de referências se apresenta sem consistência de parâmetros que possam ser continentes para o adolescente. Conforme Osório, 1991, o processo da adolescência se complexifica com a situação do ato infracional,



e a conduta transgressora expressa uma forma de o adolescente atuar em seus conflitos internos.

Assis (1999) aponta como principais fatores de risco, associados ao adolescente em conflito com a lei, o consumo de drogas, o círculo de amigos, os tipos de lazer, a auto-estima, a posição entre irmãos, os princípios éticos (reconhecimento dos limites entre o certo e o errado), a presença de vínculos afetivos com relação à escola e o sofrimento de violência por parte dos pais. O estudo destaca ainda que os limites entre ser e não ser autor de ato infracional são muito tênues e podem ser ultrapassados a qualquer instante por qualquer jovem. Esse limite tênue que a pesquisa aponta se insere no espaço de vulnerabilidade que caracteriza a adolescência, tendo em vista esses fatores intervenientes e a intensidade das mudanças que caracterizam essa fase de desenvolvimento.

Enfim, o ato infracional compõe um quadro de situações vivenciadas pelo adolescente, ou seja, faz parte da sua vida e constitui-se em uma forma de articular os problemas que se apresentam a ele e as alternativas de solução. Portanto, entende-se que o adolescente em conflito com a lei é protagonista do seu ato infracional. Porém, o ato infracional não pode ser visto como o único e principal foco de atenção da intervenção sócio-educativa. É necessário abordar a questão em suas múltiplas relações com a vida do adolescente, possibilitando transformações na sua vida e na vida de sua família, resgatando a capacidade criativa e despertando aspectos positivos destes sujeitos.

## 2.2 As Medidas Sócio-Educativas

O ato infracional é resultado de múltiplos fatores intervenientes, e o cumprimento da medida de privação e restrição de liberdade, com cunho sócio-educativo, deve privilegiar os processos de inserção social e prevenir a reincidência. Compreende-se que o adolescente em conflito com a lei deve estar incluído em uma política de atendimento que contemple os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, as Regras

Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e a Juventude - Regras de Beijing, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 103, define como ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção no Código Penal Brasileiro e, no art. 112, determina que a autoridade competente poderá aplicar Medida Sócio-Educativa ao adolescente em conflito com a lei. De acordo com a Doutrina de Proteção Integral, o adolescente a quem se atribua ato infracional tem assegurado o devido processo legal e demais garantias constitucionais na apuração do mesmo. Em relação aos adolescentes privados de liberdade, o art. 124 do ECA dispõe:

- “I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;
- III - avistar-se reservadamente com seu defensor;
- IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;
- V - ser tratado com respeito e dignidade;
- VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsáveis;
- VII - receber visitas, ao menos semanalmente;
- VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;
- IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e ao asseio pessoal;
- X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
- XI - receber escolarização e profissionalização;
- XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;
- XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;
- XV - manter a posse de seus objetos

pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;

XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.”

Desta forma, as medidas sócio-educativas constantes no ECA comportam aspectos de natureza coercitiva, uma vez que são punitivas aos infratores, responsabilizando-os socialmente, e aspectos eminentemente educativos, no sentido da proteção integral, com oportunidade de acesso à formação e à informação.

Devem propiciar aos adolescentes a superação de sua condição de exclusão, bem como a formação de valores positivos de participação na vida social. Sua operacionalização deve, prioritariamente, envolver a família e a comunidade com atividades que respeitem o princípio da não-discriminação e não-estigmatização, evitando rótulos que marcam os adolescentes e os expõem a situações vexatórias, além de impedi-los de superar as dificuldades na inclusão social.

Considerando o alto grau de complexidade da questão, o conceito sócio-educativo deve ser compreendido com base nos pressupostos da interdisciplinaridade, definida na perspectiva da integração real entre as diferentes áreas do saber.

O ato infracional pelo qual o adolescente responde é percebido, analisado e trabalhado pedagógica-terapeuticamente, considerando o seu contexto e a sua multicausalidade. Este ato, que em determinado momento passa a fazer parte do processo de vida do adolescente, não pode ser visto como sua identidade, pois o adolescente não se resume nem define pelo ato circunstancial.

Desta forma, aponta-se que o termo sócio-educativo expressa a compreensão de duas dimensões em profunda articulação - a pedagógica e a terapêutica -, pois compreende-se o adolescente enquanto totalidade e centro do processo. Visto que não existe o cognitivo sem o afetivo, nem o

afetivo sem o cognitivo, a medida sócio-educativa deve “educar para a vida social”, “(...) interferir no seu processo de desenvolvimento objetivando melhor compreensão da realidade e efetiva integração social” (Maior in Cury, 1992, p. 340).

Enfim, "o educar para a vida social visa, na essência, ao alcance de realização pessoal e de participação comunitária, predicados inerentes à cidadania. Assim, imagina-se que a excelência das medidas sócio-educativas se fará presente quando propiciar aos adolescentes oportunidade de deixarem de ser meras vítimas da sociedade injusta em que vivemos para se constituírem em agentes transformadores desta mesma realidade" (Maior in Cury, 1992, p. 340).

### **3. Os princípios do PEMSEIS**

Com base nos referenciais teóricos anteriormente expostos, o Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e Semiliberdade norteia-se pelos seguintes princípios:

- a) A Unidade é um ambiente continente, que possibilita a ação sócio-educativa a partir de relações institucionais fundamentadas em proposta emancipatória, com os papéis de adultos e de adolescentes bem definidos, mediados por um conjunto de regras claras, construídas participativamente.
- b) A ação sócio-educativa é um processo de construção coletiva, coordenada pelos adultos, que considera a experiência sócio-cultural dos adolescentes e articula as experiências proporcionadas pelo contexto institucional.
- c) O processo sócio-educativo é comprometido com a inclusão social e com a transformação individual e coletiva dos seus protagonistas, da instituição e da sociedade.
- d) Todos os funcionários da Unidade, como agentes institucionais na execução da medida, têm papel fundamental na efetivação do programa e são co-responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação.

- e) O atendimento é organizado através de atividades terapêuticas e pedagógicas que contemplam o adolescente em suas dimensões motoras, cognitivas, relacionais, afetivas, éticas, simbólicas, estéticas e culturais.
- f) A família é co-partícipe do atendimento e deve ser envolvida no processo sócio-educativo para o resgate da função protetiva e de referência básica do adolescente, contribuindo para o efetivo cumprimento da medida.
- g) As relações institucionais visam à construção coletiva de direitos e deveres e norteiam-se nos valores da solidariedade, da justiça social, da honestidade, da não- violência, da responsabilidade e do respeito à diversidade cultural, étnica, religiosa, de opção sexual e de gênero.
- h) A instituição compõe a rede de atendimento ao adolescente e, como tal, necessita buscar parcerias com outras instituições governamentais e não-governamentais, a fim de realizar plenamente sua ação sócio-educativa.
- i) A formação permanente dos agentes institucionais é elemento fundamental para garantir a qualidade social do atendimento.
- j) O Programa Pedagógico-Terapêutico é desenvolvido a partir do plano individual de atendimento do adolescente e de um conjunto de atividades que se articulam e se complementam.
- l) A avaliação da prática sócio-educativa é sistemática e participativa, envolvendo todos os agentes do processo (internos e externos), com vistas à melhoria permanente da qualidade social do atendimento.

#### **4. Objetivos do PEMSEIS**

- 1 Estabelecer princípios e diretrizes básicas para a execução das medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade nas Unidades da Fundação.
- 2 Qualificar o trabalho institucional para promover a inserção social dos adolescentes privados de liberdade.
- 2 Unificar o uso dos conceitos básicos referentes ao trabalho institucional.
- 3 Desencadear um processo participativo de discussão, com vistas a

padronizar o atendimento prestado pela Fundação.

## **5. O Processo Sócio-Educativo de Execução da Medida de Internação**

Para melhor compreensão, o Programa está organizado em dois eixos: o processo de execução da medida sócio-educativa de internação e o processo de execução da medida sócio-educativa de semiliberdade.

A medida sócio-educativa de privação de liberdade será cumprida em regime de internação sem possibilidade de atividade externa (ISPAE), conforme determinação judicial, e em regime de internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE), conforme avaliação da equipe técnica, salvo expressa determinação judicial em contrário (ECA, artigo 121, inciso 1º).

A ICPAE possibilita a continuidade do cumprimento da medida na própria Unidade, com base nas ações sócio-educativas já oferecidas, o que favorece ao adolescente na percepção do seu processo de crescimento, sem a ruptura de vínculos até então estabelecidos, ao mesmo tempo em que propicia de forma progressiva a experiência de momentos de convívio comunitário sob a supervisão, proteção e acompanhamento da Unidade. A realização de atividade externa, exceto a escolarização, deve ser gradual, correspondendo à evolução do cumprimento da medida sócio-educativa.

O processo sócio-educativo de cumprimento da medida de privação de liberdade compreende um fluxo de rotinas e procedimentos que se inicia com a chegada do adolescente ao sistema e a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA).

Em Porto Alegre, o adolescente irá necessariamente para o Instituto Carlos Santos, Unidade de recepção e internação provisória, onde iniciará o processo de avaliação enquanto aguarda a sentença do Juizado da Infância e Juventude, num prazo máximo de 45 dias. Após este tempo, em posse da medida proferida pelo Juiz da Infância e Juventude, o adolescente terá a

Unidade de destino definida pela Febem. Nas Unidades do interior do Estado e no Instituto Educacional Feminino, todas as etapas acontecem na mesma Unidade.

A partir da chegada do adolescente à Unidade de internação, destinada ao cumprimento da sua medida sócio-educativa, o Programa Pedagógico-Terapêutico de Atendimento configura-se da seguinte maneira:

J I J

**PROCESSO SÓCIO-EDUCATIVO DE  
CUMPRIMENTO DA MEDIDA**

**IEF**

**UNIDADES**

**ICS**

**Regionalizadas**

**Na Capital**

**UNIDADES  
em POA**

**ACOLHIMENTO**

**TRABALHO EDUCATIVO**

**CULTURA**

**GRUPO DE**

**FAMILIARES**

**ESCOLA**

**OFICINA DE EXPRESSÃO**

**TEMPO LIVRE**

**CONDICIONAMENTO AERÓBICO**

**GRUPO TERAPÊUTICO**

**GRUPO OPERATIVO**

**PRÁTICA DESPORTIVA**

**ATENDIMENTO INDIVIDUAL**

**ESPIRITUALIDADE**



Obs.: para todas as atividades haverá procedimentos e rotinas definidas com descrição de fluxos e instrumentos de controle.

## 5.1 Descrição do Ambiente

As necessidades dos adolescentes em conflito com a lei e a análise dos modelos de atendimento que já foram implementados apontam para a estruturação de uma **instituição continente** - que é aquela que cobre as necessidades materiais básicas e de segurança como estratégias de atendimento.

Há necessidade de assinalar a importância do aspecto segurança enquanto uma variável presente no cotidiano do trabalho institucional. A execução do programa pedagógico-terapêutico subentende situações de risco pela natureza da aplicação da medida. Isto é, se por um lado temos adolescentes em fase de desenvolvimento e, neste aspecto, precisamos considerar e crer na dimensão transformadora, por outro lado não podemos esquecer o substrato delitivo que faz parte da conduta do adolescente nesse contexto. Portanto, ainda que a ação sócio-educativa atenda às dimensões pedagógicas e terapêuticas, precisamos ter presentes, a todo instante, os cuidados necessários que garantam a segurança do coletivo.

Quando se utiliza o termo Instituição ou Unidade pode haver uma tendência a considerá-lo uma abstração, algo distanciado do que ele realmente representa, ou seja, pessoas. Este grupo de profissionais deverá auxiliar no estabelecimento de um ambiente saudável na Unidade e terá como objetivo fundamental desenvolver o atendimento de que o adolescente necessita.

“Um ambiente que pode ser continente do sofrimento do jovem e que não se desmonte, desestruture ou se desorganize com seus ataques. As manifestações agressivas, destrutivas são toleradas porque é isto que está em questão, e devem ser tratadas e para isto devem ser expressadas. Um fator de tratamento é a existência de normas, regras, leis claras que protegem os jovens e o próprio ambiente físico e humano deste ataque” (Teixeira, 1992, p.49).

A eficiência do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei

está intimamente relacionada primeiramente ao ambiente físico, de forma que respeite a dignidade da pessoa e favoreça o desenvolvimento da proposta institucional. Portanto, é importante garantir que a população atendida esteja de acordo com o número de vagas existentes na Unidade.

Nesse ambiente, há normas e regras de condutas institucionais definidas e socializadas, com estímulo à participação dos adolescentes na formulação dessas, enquanto forma de proporcionar-lhes o aprendizado de um convívio social democrático. Assim, esta definição de limites, que em geral se apresenta fragilizada em sua vida pregressa, possibilita que o adolescente adquira a percepção da existência de limitações externas, permitindo a absorção gradual das normas de convivência social.

As normas e regras devem ser definidas levando em conta a sua eficiência como recurso associado aos procedimentos pedagógico-terapêuticos. Devem, portanto, ser:

- 1 claras e afirmativas;
- 2 descritivas do comportamento e/ou atitude esperada;
- 2 coerentes;
- 3 exeqüíveis;
- 4 respeitadas por todos;
- 5 modificadas somente nas reuniões técnico- administrativas, que são fórum qualificado para tanto;
- 6 normas e sanções devem constar no Manual do Adolescente, entregue ao jovem por ocasião do seu ingresso;
- 7 as faltas devem ser classificadas em leves, médias e graves, com as respectivas sanções.

O agente institucional responsável por lidar com as questões disciplinares é a Chefia de Equipe, respaldada pelas definições referidas anteriormente e sustentada pelas diversas instâncias decisórias na dinâmica institucional. A importância deste procedimento garante a segurança da intervenção da monitoria, ao mesmo tempo em que evita a subjetividade na

tomada de decisão disciplinar.

Para uma melhor operação nos grupos, é importante levar em conta os seguintes aspectos: os diferentes estágios de integração da personalidade dos adolescentes, os níveis de contaminação anti-social e uma avaliação do suporte familiar disponível, possibilitando a identificação das necessidades integrais de cada adolescente. Os grupos constituir-se-ão com até 10 (dez) adolescentes, sendo cada grupo, sempre que possível, fixo para um mesmo conjunto de atividades, para possibilitar a construção de uma identidade positiva de grupo, a constituição de adultos- referência para os adolescentes, além de conhecimento dos limites e possibilidades de cada integrante de um mesmo grupo e a contribuição no crescimento do processo individual e coletivo.

Este ambiente é composto pelos agentes institucionais lotados em cada Unidade e que compõem as seguintes equipes: Equipe Diretiva (Diretor, Assistente(s) de Direção e Chefes de Equipe) e Equipe Operacional (Advogado, Assistente Social, Enfermeiro, Médico, Odontólogo, Psicólogo, Sociólogo, Técnico em Educação, Técnico em Recreação, Monitores, Instrutores, Técnicos Agrícolas e Auxiliares de Enfermagem), Pessoal de Apoio (Almoxarifes, Assistentes e Auxiliares Administrativos, Auxiliares de Almoxarifado, Auxiliares de Rouparia, Auxiliares de Serviços Gerais, Cozinheiros, Ajudantes e Oficiais de Manutenção, Lavadeiras e Serventes).

## 5.2 Acolhimento

Acolhimento é o “ato de atender, receber, tomar em consideração, em atenção, agasalhar” (Aurélio, 1998). Sendo o momento da recepção do adolescente encaminhado para cumprimento de medida judicial, e início do processo sócio-educativo, se desenvolve com a participação dos agentes institucionais, do adolescente e de sua família, visando à estruturação do seu plano de vida.

O adolescente em conflito com a lei não se sente aceito pelos outros. É nos primeiros contatos com os agentes institucionais que se forma no

adolescente a imagem destes em relação a sua pessoa. Esta imagem poderá ser de aceitação, rejeição ou indiferença e influenciará nas atitudes dele nas etapas seguintes da relação. Por isso, é necessário que os agentes institucionais atentem para estes contatos iniciais, assumindo atitudes facilitadoras de acolhida, tais como:

- Tratar o adolescente pelo nome.
- Dirigir ao adolescente palavras de conforto, transmitindo-lhe segurança e apoio e abrindo-se para captar o seu estado emocional, naquele preciso momento.
- Na presença do adolescente, não emitir conceito de valor sobre o seu delito, ou outra situação, de forma jocosa ou pejorativa.
- Expressar gestos concretos, proporcionando ao adolescente conforto físico. Oferecer-lhe alimentação, agasalho, medicação ou uma cadeira para sentar serão sinais que demonstrarão disposição interior dos agentes institucionais, no sentido de receptividade e aceitação.

Tais atitudes levam o adolescente a sentir-se alvo de uma atenção que o diferencia no grupo de iguais, contribuindo para que se perceba importante frente aos agentes institucionais.

Nesta atividade iniciam-se os registros, em instrumentos específicos, para coleta de dados, acompanhamento do desempenho e evolução do adolescente nas atividades que compõem o Programa Pedagógico-Terapêutico da Unidade.

Compõem esta atividade procedimentos de orientação sobre a organização interna da Unidade, objetivos e metodologias de atendimento, procedimentos disciplinares e mecanismos de comunicação. Ao final deste processo estará iniciado o Plano Individual de Atendimento (PIA).

O adolescente deverá ser recebido na Unidade pelo Chefe de Equipe de plantão, com a devida ordem (guia) de internamento da autoridade judicial competente.

Caberá ao Chefe de Equipe:

- a) Encaminhar o adolescente para avaliação física, a ser realizada pela equipe de enfermagem. Se houver indício ou menção pelo adolescente de algum problema (ex.: lesões físicas), deverá apresentar um atendimento anterior à entrada do adolescente na Unidade, em boletim específico, ou ser encaminhado para a obtenção deste.
- b) Encaminhar o adolescente para higiene pessoal, alimentação e vestuário, de acordo com suas necessidades.
- c) Providenciar a revista dos pertences do adolescente, sendo que os objetos recolhidos deverão ser colocados em local próprio, relacionados em ficha própria e assinada pelo chefe de equipe e adolescente.
- d) Orientar e esclarecer o adolescente acerca da dinâmica institucional e encaminhá-lo para a ala e/ou dormitório, de acordo com os critérios da Unidade.
- e) Apresentar o adolescente aos funcionários e ao grupo de iguais, inserindo-o no cotidiano do grupo (Unidade).

Todos esses procedimentos estão contemplados detalhadamente no Manual do Adolescente. O jovem firmará ciência do conteúdo do Manual e de seus compromissos enquanto estiver cumprindo medida naquela Unidade.

### 5.3 Plano Individual de Atendimento

Seguindo o processo de acolhimento, este é um segundo momento, no qual se aprofunda o conhecimento sobre o adolescente em sua singularidade, através de avaliações psicológica, social, pedagógica (técnicos em educação e em recreação), jurídica e de saúde (física e mental), visando construir com ele e com sua família, em rito específico, a contratação do Plano Individual de Atendimento/PIA, que estruturará as necessidades e atividades que o auxiliarão no seu desenvolvimento pessoal e social. Essa avaliação deve ser iniciada no prazo máximo de 72 horas ou 03 dias úteis após o ingresso na Unidade. Nesse período o adolescente fica

no dormitório, devendo em seguida ser encaminhado à escola e às demais atividades.

A escola precisará estar preparada para absorção imediata do novo aluno no grupo de aprendizagem escolar, para testes que confirmem ou identifiquem adequadamente sua etapa de escolarização.

Cabe à Unidade adotar as medidas para promover o acesso às condições necessárias à consecução das metas do adolescente. As atividades devem propiciar os conteúdos e os instrumentos requeridos para o alcance das metas. Para tanto, dever-se-á levar em conta a incompletude institucional e buscar-se-ão, quando necessários, recursos comunitários.

Cabe ao adolescente participar ativamente no programa pedagógico-terapêutico, empenhando-se em adquirir as condições necessárias à consecução das metas que foram contratadas no PIA.

É nas pequenas e sucessivas realizações nas atividades das quais o adolescente participa e nas relações interpessoais que estabelece cotidianamente que ele tem oportunidade de se descobrir e reelaborar sua auto-imagem e auto-estima, adquirindo a segurança e a autoconfiança necessárias para caminhar em direção aos seus ideais e sonhos.

Cabe à família, aqui entendida como a biológica ou ampliada, com quem o adolescente possui vínculo afetivo, ser parceira e interlocutora no processo sócio-educativo, contratado no PIA, garantindo a reinserção do adolescente no convívio familiar e comunitário e reassumindo sua função educativa/ protetora.

Resumindo, este momento tem como força geradora o protagonismo juvenil, a presença educativa dos agentes institucionais e da família, visualizado através do Plano Individual de Atendimento - PIA.

Todas as informações obtidas no estudo de caso, nesse período, serão a base para a construção do PIA, que deverá incluir todos os aspectos a serem trabalhados no período de internação, bem como as providências a serem tomadas e os caminhos a serem percorridos para o alcance das metas propostas, visando à inserção social do adolescente.

É necessário valer-se de concepções teóricas para o estudo de caso e elaboração do PIA, sem entretanto incorrer-se no risco de simplesmente enquadrar o adolescente em parâmetros específicos de algumas ciências e de reduzir o seu mundo a uma única dimensão. O mundo do adolescente é uma manifestação dialética do indivíduo e do social. Estudar um caso é interpretar criticamente a realidade subjetiva e objetiva que representa o ser concreto do adolescente, utilizando os pressupostos da ação interdisciplinar. Não devemos reduzir o adolescente a mero “objeto de estudo”, e sim entendê-lo como ser autônomo e protagonista da sua história.

Deverão fazer parte do PIA os seguintes aspectos:

- Educação formal - grau de escolaridade, metas e expectativas do adolescente no processo de ensino formal, áreas do conhecimento que necessita ou deseja aprofundar;
- Profissionalização - experiências que o adolescente já possui no âmbito do trabalho, oficinas de produção, cursos disponíveis e que o adolescente deseja frequentar, informações necessárias a sua orientação e formação profissional;
- Cultura, lazer, esporte e espiritualidade - experiências que o adolescente já possui, atividades esportivas e de lazer em que queira inserir-se e/ou aperfeiçoar, focos de interesse cultural que queira desenvolver, grupos de formação espiritual e religioso que queira conhecer ou participar, garantida a livre opção religiosa;
- Saúde - considerados todos os aspectos da saúde física e mental;
- Relações familiares, afetivas e sociais - serão analisadas as relações do adolescente com sua família, colaterais e grupos sociais, pontuando os aspectos necessários de intervenção;
- Relações comunitárias e institucionais - serão resgatadas e analisadas vivências institucionais do adolescente, bem como relações e vínculos comunitários, pontuando os aspectos necessários de intervenção, de busca de mais informações, entre outros.
- Aspectos jurídicos - informações acerca da situação processual.



O PIA é um instrumento de intervenção dinâmico, estando sempre em processo de avaliação e mudança, e portanto se faz necessário que periodicamente os profissionais que atuam no atendimento do adolescente organizem momentos de avaliação dos objetivos e metas traçados, apontando os resultados alcançados e promovendo as alterações que se fizerem necessárias.

Os dados deste instrumento serão base para elaboração de relatórios encaminhados ao Juiz de Execuções, bem como sua evolução e reformulações necessárias, para as avaliações periódicas que subsidiarão as decisões judiciais.

Para os adolescentes do sexo masculino, oriundos das regiões de Porto Alegre, Passo Fundo, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul e Osório, o Instituto Carlos Santos (ICS) assume o cumprimento da Medida de Internação Provisória, o que fará com que os adolescentes passem pela atividade de acolhimento duas vezes, caso recebam medida de internação definitiva e sejam transferidos para Unidade de privação (CSE, IPC, CJPOA, CJA) ou Unidade de restrição (CSE Semiliberdade). Este procedimento será necessário até que as novas unidades de atendimento, previstas na regionalização da execução das medidas sócio-educativas, estejam prontas, em 2002.

No ICS, o procedimento de acolhimento se dará conforme descrito anteriormente, e o PIA será construído como o já proposto e terá prosseguimento na Unidade para a qual o adolescente for encaminhado, uma vez que é instrumento de intervenção sócio-educativa, que resulta do conhecimento e do relacionamento desenvolvido entre o adolescente e os agentes institucionais, estabelecidos desde o início da medida de internação provisória, no ICS.

As demais Unidades regionalizadas e o Instituto Educacional Feminino (IEF), por ser a única Unidade de atendimento para adolescentes do sexo feminino no Estado, assumem o cumprimento da Medida de Internação

Provisória, o que fará com que a atividade de acolhimento seja procedimento único, como já proposto anteriormente.

Como o PIA faz parte do projeto de vida do adolescente, sua estrutura deverá conter ações de continuidade após o desligamento da Unidade, quer da Medida de Internação Provisória, quer da Internação ou da Semiliberdade, bem como na medida de progressão que possa vir a ser aplicada.

O PIA deverá ser registrado em instrumental próprio (sistema de documentação) e arquivado no Prontuário do adolescente. Todas as demais mudanças efetuadas nos objetivos e metas traçados, bem como os resultados alcançados, também deverão ser registrados e arquivados no Prontuário, em fichas de acompanhamento.

#### 5.4 Ações Sócio-Educativas

##### 5.4.1 *A Escolarização*

Quanto à situação da escolaridade de adolescentes cumprindo medida sócio-educativa de privação de liberdade, uma pesquisa realizada em 1998 em todo o território nacional (Volpi & Saraiva) apresentou as seguintes considerações:

- 1 ausência de informações em muitas Unidades;
- 2 informações existentes apontam que este tema não está solucionado no interior das Unidades;
- 2 o conhecimento e a chamada instrução têm sido o critério que prevalece nos processos de seleção das diferentes oportunidades no mercado de trabalho;
- 3 a inclusão social do adolescente autor de ato infracional está em grande parte condicionada à sua capacidade de, ao sair da instituição, encontrar espaço no mercado de trabalho para produzir sua própria sobrevivência;
- 4 o período de internação não pode significar um hiato na vida do adolescente, e sim um processo intensivo de educação capaz de apontar-lhe alternativas de convivência social coerentes com as normas estabelecidas.

Com relação ao Estado do Rio Grande do Sul, a mesma pesquisa apontou que:

- 1 “O mito da periculosidade do adolescente infrator, já abordado e devidamente desconstruído em outras pesquisas, seminários e debates acerca do tema, ainda se sustenta no imaginário da sociedade, alimentado por uma permanente onda de sensacionalismo produzida pelos meios de comunicação social e repercutida por formadores de opinião, notadamente políticos tendentes a demagogia que focalizam no adolescente a responsabilidade pela prática, segundo eles, de crimes cada vez mais *cruéis e sanguinários*.” (Volpi, M. 1998)
- 2 55,5% dos adolescentes masculinos têm escolaridade entre 1ª e 4ª séries e 36% entre 5ª e 8ª; das adolescentes femininas, 54% têm da 1ª à 4ª e 35% tem da 5ª à 8ª série.

Na Febem/RS, dados de janeiro/99 apontaram que de 612 adolescentes atendidos nas Escolas Estaduais:

- 1 54% cursavam de 1ª a 4ª série;
- 2 41% estavam cursando séries entre 5ª e 8ª séries;
- 2 11 alunos estavam cursando o 2º Grau.

Os Relatórios de Atividades encaminhados pelas Unidades, em junho de 2000, apontam que de um total 444 adolescentes no sistema:

- 1 39% de adolescentes cursando de 1ª a 4ª séries;
- 2 24% de 5ª a 8ª séries;
- 2 2% de 2º grau.

As escolas que atendem adolescentes em conflito com a lei precisam ser especiais, não para mais um estigma, mas para considerar todas as peculiaridades que esta passagem pelo sistema impõe.

O atendimento da totalidade dos adolescentes do sistema pela rede pública estadual, dentro das quatro horas diárias mínimas exigidas por lei, está dado e consensuado entre Febem e Secretaria da Educação. O

movimento, portanto, gira em torno da urgência em viabilizar a operacionalização desta carga horária e da qualificação metodológica que dê conta da especificidade da população de jovens. Tem-se uma população com idade média entre 16 e 18 anos; defasagem idade/série em torno de três anos.

Se a própria escola, em algum momento, foi excludente na vida destes jovens, até mesmo por incompreensão da sua realidade e por inadequação de sua metodologia, neste momento, em que o cumprimento da medida sócio-educativa oferece a oportunidade de inclusão social, é extremamente importante que a escola, por sua estrutura, metodologia e ação docente qualificada, possa garantir uma educação cidadã que possibilite a construção de habilidades e instrumental de inclusão social.

Pensar a ação, portanto, exige dos professores envolvidos no processo sócio-educativo uma visão amplificada das falas sobre a adolescência, associando aos fatores naturais desta fase de desenvolvimento aspectos sociais intervenientes e a conduta transgressora, que atua a cada instante como testemunho de conflitos e paradoxos interiores.

Nesse contexto, escolarizar será uma prática fundamentada na visão freiriana, enquanto construção de um conhecimento referencial e significativo da realidade; nos postulados de Vygotsky (1989), em que a linguagem representa um instrumento de inserção social; e, em Makarenko (1987), a dimensão do resgate do indivíduo enquanto cidadão de um processo histórico que ressignifica o protagonismo coletivo.

Makarenko postulava alguns princípios básicos na organização de sua prática pedagógica:

1. Aproveitamento do potencial educacional do coletivo.
2. Combinação contínua e coerente da instrução escolar e do trabalho produtivo.
3. Crédito de confiança para com a pessoa do educando.

Em Makarenko, "somente o coletivo como um todo pode ser objeto da

educação; apenas quando educamos o coletivo podemos contar com uma forma de organização em que a personalidade individual possua, ao mesmo tempo, a maior disciplina e a mais ampla liberdade".

Vygotsky propõe que um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal, onde vários processos internos de desenvolvimento são despertados. O aprendizado não é desenvolvimento, mas, adequadamente organizado e com a intervenção de um adulto qualificado para tanto, resulta em desenvolvimento mental, colocando em movimento vários outros processos que, de outra forma, seriam impossíveis. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especialmente humanas.

Isto significa dizer que a escola, em sua ação educativa, ampliará o domínio de habilidades de linguagem e pensamento como instrumento de avanços no mundo social, uma vez que a linguagem é a "forma de mediação da vida social".

Para entender este processo integrado ao cotidiano institucional e como recurso transformador de cumprimento da medida sócio-educativa, precisamos entender alguns conceitos de Vygotsky que estarão transversalizando o currículo escolar e institucional.

Há uma ação espontânea, natural, cotidiana, elementar que tem a ver com o nível de desenvolvimento dos protagonistas envolvidos, em um determinado contexto (a Unidade). Há uma outra ação cultural, abstrata, organizada, planejada e mediada por outros protagonistas envolvidos no mesmo contexto e que serão os mediadores da transformação pretendida (os adultos). Em outras palavras, temos, então, adolescentes cumprindo medida sócio-educativa de privação de liberdade e adultos atuando dentro de uma ação transformadora. Esta intersecção de intervenções é permanente e constante, favorecendo a troca de informações e a construção do conhecimento coletivo.

Todavia, a internalização do conhecimento construído compreende

uma série de transformações que se efetivam na intervenção qualificada dos adultos:

- a) uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente;
- b) um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal;
- c) a transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento.

Essa base teórica referenda as diretrizes da ação pedagógica que precisam ser construídas interdisciplinarmente, a partir das práticas de ensino na escola, das atividades terapêuticas, no atendimento individual, nas oficinas culturais de lazer e esporte, nos grupos de espiritualidade, nas oficinas de trabalho educativo. Enfim, o processo pedagógico compreende vários processos de aprendizagem, em que a escolarização se manifesta de forma a gerar espaços de integração do conhecimento construído, nas diversas instâncias de relações institucionais.

Para tanto, a Escola, geradora de transformação, precisa ser ágil na escuta das realidades, renovadora na proposta metodológica, eficiente na progressão dos níveis ou etapas de aprendizagem, referência de limites e valores, articuladora dos mecanismos integradores dos diversos agentes do processo.

Entretanto, nenhum indicativo anteriormente exposto será viável sem a crença no potencial positivo e transformador dos adolescentes com que se trabalha. O estigma é, com certeza, o maior entrave ao desafio transformador da ação pedagógica.

A metodologia da escolarização compreende a parceria com a Secretaria da Educação/RS, na medida de sua competência enquanto órgão responsável pela política pública educacional.

Nesse sentido, esta parceria vem se consolidando através de um processo já iniciado de reuniões de trabalho sistemáticas para a discussão e

definição das demandas educacionais de cunho técnico e administrativo.

A construção de uma metodologia de ensino junto ao grupo de professores das escolas, que dê conta das necessidades e especificidades da população atendida, acontece nas quartas-feiras, sob supervisão da Secretaria da Educação. Este trabalho estruturou-se a partir de dois cursos de formação, nos quais foi definida a metodologia de pesquisa/ação como forma de sistematização e construção do conhecimento escolar.

Cabe lembrar que, na Capital, contamos com duas escolas públicas inseridas no contexto institucional, sendo uma no Complexo da Vila Cruzeiro do Sul e outra no Complexo da Padre Cacique. No interior do Estado, todos os CJs contam com uma escola pública já regulamentada para funcionamento pleno, sob supervisão das Coordenadorias Regionais de Educação.

Essas escolas atendem da 1<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série dentro de um processo de reorganização administrativa e pedagógica e legitimação de experiências positivas, de forma a permitir a fluidez nos avanços de aprendizagem e dinamicidade na avaliação dos estudos.

Os adolescentes que concluíram o ensino fundamental, têm 18 anos e cumprem medida de ICPAE serão encaminhados ao CES - Centro de Estudos Supletivos - ou equivalente, onde receberão material didático e orientações quanto ao acompanhamento oferecido por aquele Centro. Nestes casos, a Unidade deverá prever e organizar local e horas de estudo.

Os adolescentes em ISPAE receberão atendimento da Escola Estadual na Unidade, sempre que seu quadro docente possuir algum professor com habilitação de segundo grau. Nestes casos, por ocasião do desligamento, a frequência ao 2º Grau poderá ser feita em escola estadual que ofereça matrícula por disciplina. Esta definição da Secretaria de Educação está fundamentada no Artigo 24, Inciso II, alínea B e C da Lei das Diretrizes e Bases da Educação.

#### *5.4.2 A Profissionalização*

A proclamação da Convenção Internacional pelos Direitos da Criança, em 1989, e os compromissos estabelecidos por 145 países, inclusive o Brasil, na Cúpula Mundial pela Criança, realizada em Nova Iorque (1990), representam um novo marco no futuro das crianças e adolescentes no que diz respeito a seu bem-estar e à promoção dos seus direitos.

No entanto, apesar das declarações de compromisso e da aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, que traduz os princípios da Convenção, um grande número de famílias e crianças continuam a viver em situação de pobreza, o que representa uma violação aos direitos de sobrevivência, desenvolvimento, proteção e bem-estar estabelecidos nessa legislação.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (1995), relativos aos 20% mais pobres da população brasileira, demonstravam que, nesse segmento, há uma maior concentração de pessoas no setor informal, trabalhando mais de 40 horas e ganhando até 2 salários mínimos, ou seja, constata-se que quanto menor a renda, maior a precariedade e informalidade das relações no mercado de trabalho.

A precariedade e a incerteza vividas por essas famílias com relação à renda impele muitas crianças e adolescentes a contribuírem no orçamento familiar. O trabalho infanto-juvenil é absorvido por meio de ocupações pouco qualificadas e de pouca remuneração, com longas jornadas de trabalho que dificultam a conciliação do mesmo com o estudo, revelando-se uma das principais conseqüências do atraso escolar ou o abandono puro e simples da escola, além de perpetuar a miserabilidade familiar.

A Organização Internacional do Trabalho - OIT -, referência mundial na luta pela erradicação do trabalho infantil, estabelece como princípio a proibição de empregar crianças e adolescentes que não tenham completado a escolarização obrigatória ou a idade mínima de 14 anos para ingressar no mundo do trabalho.

Os adolescentes privados de liberdade têm o direito de "...receber profissionalização" (ECA, XI do art. 124), o que remete à reflexão do tema



qualificação, baseada nos grandes problemas postos pela reestruturação produtiva, pelas transformações tecnológicas e organizacionais, pelo desemprego estrutural, pelas crises do movimento sindical e pela emancipação dos trabalhadores em um mundo cada vez mais desumanizado pelas exigências do capital.

A profissionalização, enquanto eixo de uma proposta de atendimento a adolescentes, deve ter por base a oportunidade de acesso à formação e à informação, bem como a construção de uma cultura laborativa que tenha como eixo norteador a cidadania.

Desta forma, deve estar fundamentada no **trabalho educativo**, que, conforme definição do ECA, em seu artigo 68 - parágrafos 1º e 2º - é “a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo” e no qual “a remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfiguram o caráter educativo”. Tal definição nos demonstra que o trabalho educativo não é um trabalho qualquer. Trata-se de um tipo específico de relação laboral que, sem excluir a possibilidade de produção de bens ou serviços, subordina essa dimensão ao imperativo do caráter formativo da atividade, reconhecendo como sua finalidade principal o desenvolvimento pessoal e social do adolescente.

Nesse contexto, a remuneração recebida pelo adolescente, bem como a sua participação, em dinheiro ou espécie, no produto do seu trabalho, longe de desfigurar, vem, ao contrário, reforçar o caráter educativo, uma vez que o introduz na gestão efetiva e prática do resultado da sua atividade laboral.

Assim, “o trabalho educativo, embora historicamente tenha sua raiz no trabalho social com crianças e adolescentes encontrados em estado de necessidade, não pode e não deve, de maneira alguma, ser reduzido a este aspecto de sua evolução. Na verdade, a introdução do instituto do trabalho educativo no Estatuto da Criança e do Adolescente nos dá a base legal para

a organização de escolas-cooperativas, escolas-oficiais, escolas-empresas, dirigidas a qualquer tipo de educando e não apenas às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social” (Gomes da Costa in Cury, 1992, p.203).

Conforme documento do Ministério do Trabalho - Trabalho Educativo do Adolescente: fundamentos e conceitos, “define-se como trabalho educativo aquele centrado no trinômio educação, trabalho e geração de renda, de modo a garantir ao adolescente, paralelamente ao exercício da atividade produtiva, a obtenção da escolaridade mínima obrigatória e o acesso a alternativas de prosseguimento de estudos acadêmicos e/ou profissionalizantes.” Além disso, é salientado que “o trabalho educativo propicia ao adolescente o contato com uma variedade de tipos de trabalho, complementando a educação”.

Na Febem, propostas de profissionalização vêm sendo desenvolvidas em diversas modalidades e de diferentes formas, sendo que, algumas vezes, têm se constituído enquanto propostas alternativas para “ocupação do tempo e geração de renda aos adolescentes”. Além disso, de forma geral, não conseguem envolver a totalidade de adolescentes de uma Unidade, tampouco o conjunto de Unidades.

Dados de junho/2000 demonstram um percentual de 51% de adolescentes envolvidos em atividades variadas de artesanato (cestaria em jornais, bordado, tapeçaria, modelagem e escultura em argila, gesso e cerâmica), de datilografia, de horticultura e jardinagem, além de atividades de lavanderia e de confecção de fraldas. Variam, também, o número de participantes, a forma de organização dos grupos, os coordenadores das atividades (monitores, instrutores e técnicos), os espaços físicos de realização e a proposta pedagógica. Em alguns momentos, percebe-se o caráter de oficina, buscando a participação dos adolescentes nas decisões acerca da produção e da comercialização de produtos; em outros, percebe-se o enfoque somente na produção, enquanto forma de obtenção de “ganho imediato”.

De outra forma, nas Unidades, vêm sendo desenvolvidas ações de profissionalização com recursos financeiros extra-orçamentários, a partir de priorização e destinação pela Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social/STCAS, dentro do Plano de Qualificação Profissional-PLANFOR-QUALIFICAR/RS. Estas ações em geral têm se desenvolvido através de cursos com duração de até três meses, no segundo semestre do ano. Estes recursos, embora fundamentais, ainda estão muito aquém do atendimento das necessidades e especificidades dos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida sócio-educativa nas Unidades da Febem, especialmente aqueles em regime de privação de liberdade com medida de internação sem possibilidade de atividade externa (ISPAE).

Cabe salientar que, para os adolescentes que cumprem medida de internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE), tendo como referência o Plano Individual de Atendimento, buscar-se-ão parcerias para ações de profissionalização na comunidade.

Nesse sentido, destaca-se aqui importante e fundamental parceria que envolve a STCAS, através da Febem, da Diretoria de Proteção Especial/DPE e do Departamento de Trabalho, com a Companhia Riograndense de Artes Gráficas/CORAG para o desenvolvimento de Programa Integrado de Profissionalização Gráfica e Marcenaria, que vem demonstrando excelente efetividade na perspectiva da execução dos Planos Individuais de Atendimento e da construção dos planos de vida para os adolescentes que participam dos cursos de marcenaria, serigrafia, offset e editoração eletrônica.

Salienta-se também que o Programa Integrado de Profissionalização Gráfica e Marcenaria, além de reunir diferentes órgãos no âmbito estadual, já aponta a composição com outros parceiros governamentais e não-governamentais, com vistas à qualificação e à constituição de uma proposta de profissionalização cada vez mais próxima da realidade da adolescência e das mudanças no mundo do trabalho.

Com base nos referenciais e dados citados acima, é fundamental que

se defina uma proposta unificada com concepção de trabalho educativo, que busque contribuir para a construção de um projeto de vida, que faça uma aproximação ao mundo do trabalho, com suas leis, lógicas e contradições, que tenha como ferramenta a aprendizagem específica de determinada técnica, mas que também priorize a aprendizagem de conhecimentos básicos que permitam elevar os níveis de participação dos adolescentes, onde a ação pedagógica se constitua na perspectiva da inclusão social a partir da construção da cidadania.

As atividades de trabalho educativo deverão estar envolvendo todos os adolescentes, contribuindo no seu processo de socialização e organização, incluindo ações diversificadas que possibilitem a demonstração de potencialidades individuais e elevem seus níveis de auto-estima. Deverão também prever espaços de reflexão sobre seu(s) ato(s) infracional(is), na perspectiva da construção de seu projeto de vida pessoal e profissional, sob novas bases, com o estabelecimento de relações mais solidárias e de formas de gestão cooperativas. Além disso, precisam estar contribuindo para o ingresso e permanência, com sucesso, na escola.

No cotidiano das atividades é preciso prever a articulação de conhecimentos básicos e específicos, a priorização de conteúdos e vivências adequados à faixa etária que enfoquem o exercício da iniciativa positiva, da participação e da responsabilização (comprometimento) consigo e com os outros. Deverá ser priorizado o fortalecimento do processo de participação do adolescente e incentivo à autonomia, com incidência no planejamento, execução e avaliação das atividades desenvolvidas, bem como da apropriação dos resultados (produto do seu trabalho).

Nessa perspectiva, a profissionalização traduzir-se-á em uma proposta com atividades de trabalho educativo que tenham o compromisso com a emancipação dos sujeitos e não com a ocupação de tempo, ou com o “ganho temporário”. Ao mesmo tempo deverá oportunizar a geração de renda, a vivência da obtenção de recursos financeiros a partir do próprio trabalho e do trabalho em grupo. O aprendizado para a vida pressupõe o estabelecimento

de um “contrato” com cada adolescente e também com sua família, visando à realização pessoal do adolescente articulada à sua formação enquanto profissional e cidadão.

As atividades de Trabalho Educativo para os adolescentes que se encontram privados de liberdade organizam-se de três formas diferenciadas, respeitadas as especificidades dos processos dos adolescentes, e terão uma seqüência temporal importante para constituição de avanços individuais e coletivos.

Estas atividades são coordenadas pelo Técnico em Educação e organizam-se, conforme descrição abaixo, em três etapas distintas:

- **OFICINAS:** organizadas em módulos, com duração de 03 (três) a 06 (seis) meses; este é um momento inicial de aprendizado. São uma primeira etapa obrigatória (pré-requisito) para ingresso em etapas posteriores. Exemplos: Mecânica de Automóveis e Lavanderia.
- **CURSOS:** com duração de 03 (três) a 06 (seis) meses, dependendo da modalidade; momento de maior aprofundamento do aprendizado vivenciado na oficina. Há maior preocupação com a qualidade do produto ou serviço realizado, bem como com o trabalho coletivo em um mesmo nível de complexidade e qualidade. Devem funcionar produzindo produto ou serviço que atendam demandas internas institucionais ou externas definidas anteriormente no projeto. São uma segunda etapa obrigatória (pré-requisito) para ingresso na etapa posterior. Exemplos: Mecânica de Automóveis e Lavanderia.
- **GRUPOS DE PRODUÇÃO:** com duração aproximada de 06 (seis) meses, são um momento com muita produção coletiva, sem perder o enfoque dos conhecimentos básicos, porém, agora, mais direcionados para o marketing, para a gestão e para a forma de organização cooperativada. Nesta etapa, os recursos para os adolescentes serão oriundos das produções dos grupos, devidamente calculados os custos, o reinvestimento, a administração, entre outros. É uma etapa de formação em produção coletiva, solidária e autogestionária. Exemplo: Mecânica de Automóveis e Lavanderia.

A metodologia das atividades de Trabalho Educativo prevê o desenvolvimento de conhecimentos básicos e específicos para as três etapas/módulos, que se organizam em dois núcleos:

**I) O Núcleo Básico**, com carga horária de no mínimo 40% da carga horária total, tem como característica principal a articulação constante com o núcleo específico, com abordagem interdisciplinar, inter e intra-institucional, propondo uma integração de pessoas e instituições. Deverá ser trabalhado em três níveis considerados indispensáveis para o desenvolvimento integral dos adolescentes:

a) O adolescente enquanto ser individual e coletivo - este nível se propõe a refletir e vivenciar as relações da pessoa consigo mesma, com o outro e com o transcendente, enfocando:

- adolescente e sua individualidade: identidade, auto-estima, afetividades, vínculos afetivos, sentimentos, incertezas, indagações, vida sexual / responsabilidade e prazer.
- adolescente e o coletivo: no e com o grupo, relações grupais, relações na família, na escola, construindo regras de convivência.
- adolescente e a construção do projeto de vida: pessoal, social e profissional.

b) O adolescente enquanto sujeito de conhecimento - nesse nível serão valorizados principalmente os conhecimentos construídos na escola, resgatando os elementos que possibilitam um melhor entendimento da capacitação específica, onde priorizar-se-á:

- adolescente que se comunica, expressa idéias, pensamentos, constrói cultura, debate temas da atualidade;
- a descrição, interpretação e análise de fatos e situações;
- desenvolvimento da expressão oral e escrita;
- a análise crítica das informações recebidas dos meios de comunicação;
- a capacidade de resolver problemas, utilizando conhecimentos

lógico-matemáticos.

c) O adolescente e a construção da cidadania - este nível trabalhará aspectos fundamentais à construção da cidadania, tais como:

- homem e a história: olhando a realidade, construindo a visão de mundo, exercitando a cidadania e construindo transformação;
- adolescente enquanto sujeito de direitos e deveres: a constituição federal, o ECA, a CLT, entre outros;
- adolescente e sua inserção comunitária / interação social / as relações com seu entorno;
- adolescente e sua relação com o meio ambiente: ecologia, ecossistemas e qualidade de vida - construindo a consciência ecológica;
- saúde e segurança no trabalho.

**II) O Núcleo Específico** diz respeito ao aprendizado das habilidades específicas das modalidades profissionais, como, por exemplo, a mecânica, a lavanderia, a informática, a marcenaria, a serigrafia, entre outras.

As questões relativas a carga horária, recursos materiais e financeiros serão previamente avaliadas e definidas para o conjunto de Unidades e poderão variar de acordo com a modalidade e a forma de parceria, sendo priorizadas ações com caráter mais sistemático e continuado, respeitado o regime de cumprimento da medida sócio-educativa.

#### **5.4.3 A Cultura**

As atividades da área da cultura envolvem as diversas formas de expressão humana pertinentes às oficinas de expressão, esporte, lazer e espiritualidade. A cultura se integra à proposta pedagógica da escolarização e da profissionalização, na perspectiva da composição do atendimento integral aos adolescentes.

O conceito de CULTURA precisa ser "desnaturalizado", a fim de dimensioná-la enquanto fenômeno político e ideológico da sociedade e, com

isso, redimensionar as ações e relações que se dão no interior das Unidades da Febem, considerando as práticas esportivas, culturais, espirituais e recreativas como expressão de grupos sociais inseridos numa comunidade em determinado momento histórico e que, portanto, se transformam permanentemente.

O olhar sobre a cultura como fenômeno sócio-histórico "engendrado nos princípios básicos da totalidade, co-educação, emancipação, participação, cooperação, regionalismo" (JERGS, Jogos da Escola Popular e Democrática, 1999) nos faz acreditar "em sua democratização e incorporação como mais um direito social do cidadão" (idem).

Os adolescentes em conflito com a lei, em quase sua totalidade, são membros das camadas populares e estão sujeitos a um processo de exclusão social cada vez mais contundente. A CULTURA precisa ser compreendida na relação com este contexto de exclusão social, pois com a inexistência e deficiência das políticas sociais públicas e, especialmente, aquelas voltadas para a área citada, o acesso dos cidadãos às práticas esportivas, recreativas e artísticas em nossa sociedade não é igualitário, mas um privilégio de elite.

Além da restrição do acesso ao esporte, ao lazer e à cultura, percebe-se um incremento cada vez maior do número de assistentes de espetáculos esportivos e culturais, em detrimento do número de praticantes de modalidades culturais e esportivas. "A massificação da assistência passiva tem ocupado o lugar do protagonismo da ação educativa" (I Conferência de Esporte e Lazer do RS, 2000). A lógica passiva e alienante deste processo de massificação favorece a formação de indivíduos egoístas, competitivos e descomprometidos com a transformação do meio social onde vivem.

Assim, a garantia do acesso dos adolescentes às atividades recreativas, esportivas e culturais constitui-se num dos elementos essenciais para o processo de democratização e de garantia dos direitos dos adolescentes.

A cultura também se propõe a ser instrumento de elevação da auto-



estima pela "participação de sujeitos históricos integrados socialmente em torno de objetivos comuns, dialogados e acordados por todos, protagonistas de ações baseadas em pedagogias emancipatórias das relações humanas, onde todas as pessoas sejam vistas como cidadãs" (I Conferência de Esporte e Lazer do RS, 2000).

Feitas estas considerações, propõe-se uma concepção de cultura que trabalhe os seguintes valores:

- A EMANCIPAÇÃO enquanto processo de construção do sujeito autônomo, capaz de romper significados e representações instituídas numa sociedade capitalista, afirmando um novo agir e pensar; em contraposição à acomodação e dependência.

- A INTEGRAÇÃO enquanto processo de aproximação e união entre os adolescentes; em contraposição às ações isoladas e descontextualizadas.

- A CRIATIVIDADE enquanto possibilidade de expressão individual, reconhecendo no coletivo a subjetividade; em contraposição à imitação e às atividades repetitivas.

- A PARTICIPAÇÃO enquanto possibilidade de trazer ao coletivo suas contribuições à construção de um projeto comum; em contraposição ao isolamento e à alienação.

- O RESPEITO ÀS DIFERENÇAS enquanto espaço que possibilite a expressão da singularidade, identidade e subjetividade dos grupos e pessoas e o combate ao preconceito; em contraposição a qualquer forma de discriminação;

- A SOLIDARIEDADE/AMIZADE enquanto capacidade de relacionamento com o outro, percebendo os problemas e convivendo com as diferenças, de forma a garantir a cooperação mútua; em contraposição ao individualismo e a ações isoladas.

- A INCLUSÃO enquanto garantia de um espaço de construção e participação coletiva como um direito de todos; em contraposição à segregação e à exclusão.

- A GRATUIDADE/LUDICIDADE enquanto espaço que possibilite a

todos as mais diversas formas de manifestações culturais e corporais com prazer e alegria; em contraposição ao lucro e à rigidez.

- A FORMAÇÃO HUMANA enquanto processo de educação contínua que abranja as dimensões corporais, éticas, estéticas, cognitivas e afetivas. (Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Desportos, 2000 - Olimpíadas Participativas Outros 500).

O processo sócio-educativo é um processo interativo que possibilita o desenvolvimento dos adolescentes e dos adultos, em suas múltiplas dimensões, bem como a construção de identidades culturais, solidárias e autônomas. Assim, para seu pleno êxito, as atividades esportivas, culturais e recreativas desta área exigem profissionais que se responsabilizem por implementar o caráter educativo das atividades, sendo o elemento facilitador e articulador das trocas entre o grupo de adolescentes. Nessa perspectiva, a cultura deve resgatar, construir e proporcionar trocas de experiências lúdicas através das manifestações individuais e coletivas.

Considerando a reflexão até aqui feita, as atividades propostas devem:

- Desenvolver globalmente o adolescente, considerando o movimento como expressão do aspecto sensorial, motor, afetivo, social e cognitivo.
- Favorecer a cooperação e a solidariedade.
- Considerar as manifestações da cultura popular regional.
- Considerar as diversas formas de expressão artística (poesia, música, pintura, hip hop, artesanato, teatro, artes plásticas, etc).
- Privilegiar as relações sociais de alteridade, rompendo com as barreiras e limites de gênero, faixa etária, raça, etnia, habilidades, diferenças individuais, etc.
- Ter a transformação e a emancipação como princípios.

Quanto à ESPIRITUALIDADE, é compreendida como capacidade e necessidade humanas de vivenciar sentimentos, perspectivas, experiências

e idéias relacionadas a uma esfera da existência que transcende ao concreto, ao cotidiano, de forma que o adolescente reconheça sua vida inserida em um contexto para além do imediato. A espiritualidade leva o sujeito a uma percepção de si e de suas relações, de forma a auxiliá-lo em seu processo de autonomização. Ou seja, é uma forma de expressão que pode convergir para o processo de transformação do adolescente e de sua relação com o mundo.

Compreende-se a espiritualidade como fenômeno sócio-cultural e que, portanto, demonstra as explicações sobre a vida, a morte, as pessoas, as relações, etc. que os seres humanos de determinado período histórico formulam, a fim de dar conta de sua existência. Não se separa a noção de espiritualidade da noção de ciência, afinal, a dicotomia entre fé e razão foi superada pelo paradigma de ciência holística.

O ECA estabelece, em seu artigo 124, o direito à assistência religiosa de acordo com a crença proferida e de acordo com a vontade do adolescente. Acredita-se haver uma interface da ESPIRITUALIDADE com a RELIGIOSIDADE, conceito este que marca a expressão específica de uma crença e que, portanto, denota um conjunto de explicações particulares sobre os temas da sexualidade, política, ideologia, relações de gênero, raça, etnia, drogas, etc.

O adolescente em conflito com a lei tende a ser visto pelas religiões e pela sociedade como um ser que necessita de "salvação". A concepção subjacente é a de um ser humano de "natureza boa", mas que se encontra em "pecado", "perdido" em sua existência, e a tarefa da religião seria a de promover a "salvação desta alma". A família e o adolescente, muitas vezes, compartilham desta idéia de que só um "milagre" dá conta da situação. Entendemos que esta concepção é opressora, pois submete o adolescente a um processo de "catequização", a uma submissão a valores dados pela crença religiosa, de forma dogmática e alienante. Entendemos que é possível, mesmo quando se processa algum credo religioso, promover a auto-reflexão, a crítica e a elaboração dos conflitos vivenciados pelo

adolescente, de forma que sua experiência espiritual signifique um auxílio em seu processo de mudança e crescimento humano. Enfim, a espiritualidade deve ser um elemento orientador da vida do adolescente e não um elemento opressor.

O caráter do trabalho de espiritualidade como possibilidade de o adolescente refletir sobre seu ato infracional dentro de uma instituição de privação de liberdade deve pautar-se na vivência, reflexão e discussão dos valores considerados universais: o amor, a paz, a solidariedade, a ética, o companheirismo, a honestidade, a amizade e o respeito à vida.

As atividades de cultura são organizadas em oficinas de expressão e de prática desportiva e coordenadas pelo Técnico em Recreação. Compõem também essas atividades aquelas voltadas para a espiritualidade, que são coordenadas pelo Técnico em Educação, e o tempo livre, que é coordenado pelos monitores. E apresentam-se da seguinte forma:

#### 5.4.3.1 Oficinas de Expressão

As oficinas de expressão (artes plásticas, cênicas, literárias e musicais) se inserem no contexto institucional como recurso lúdico, onde o universo do adolescente se manifesta espontaneamente e, na interação com oicineiro e com o grupo de adolescentes, encontra seu significado e compreensão.

As oficinas de expressão têm caráter sócio-educativo, no sentido das dimensões educativa e terapêutica, oferecendo elementos e espaço para o adolescente construir uma leitura ressignificadora do mundo. Nesse espaço simbólico, ele tem a oportunidade de reconhecer-se, refletir-se e elaborar seu projeto de vida. Esse é o papel do coordenador da atividade: criar consciência crítica, oferecer alternativas, opções de escolha, mostrando aos jovens possibilidades de crescimento e conquista de autonomia. Dessa forma, o icineiro é preparado para exercer uma função educativa, ou seja, ele tem a capacidade didática de aplicar a técnica artística e ao mesmo tempo trabalha com os conteúdos subjetivos que se expressam no desenvolvimento das oficinas.

Cada oficina tem a duração de 4 horas semanais (com dois encontros de 2h), podendo ser oferecidas diferentes oficinas em cada Unidade.

As oficinas serão definidas pelas Unidades a partir dos seguintes critérios:

- áreas de interesse dos adolescentes;
- cultura regional;
- otimização de recursos materiais existentes na Unidade;
- existência de profissionais na Unidade que possam executar as oficinas.

Nos casos em que os recursos humanos lotados na Unidade não conseguirem atender as oficinas, elas serão garantidas através de convênio firmado entre a Febem e entidades da área artística.

A metodologia é a OFICINA e trabalhará TEMAS mapeados pela escola, em PROJETOS articulados com a Unidade.

#### 5.4.3.2 Prática Desportiva

O esporte é um importante instrumento de construção de cidadania, na medida em que possibilita a participação ativa e criativa dos adolescentes.

Nesse sentido, o coordenador promove a articulação do grupo em prol da construção coletiva da prática desportiva, através do estímulo aos adolescentes para que eles recriem os jogos e as brincadeiras quando sentirem necessidade, trabalhando na perspectiva de adaptar a prática ao praticante e não o praticante à prática. Isto visa garantir a inclusão de todos os adolescentes e o seu processo de implicação responsável na atividade.

Desta forma, a prática desportiva estimula a expressão individual e coletiva dos adolescentes, o respeito às individualidades e a promoção de valores coletivos, estabelecendo vínculos solidários e desenvolvendo habilidades afetivas, cognitivas e psicomotoras.

Enfim, através dessas oficinas é possível trabalhar a construção de regras e normas; o resgate histórico de jogos e brincadeiras populares; a reflexão a respeito de temas ligados ao esporte, possibilitando que o corpo possa criar cultura e construir história.

As oficinas de prática desportiva adquirem um significado mais importante à medida que o adolescente percebe o seu corpo em desenvolvimento e as relações que estas mudanças físicas e fisiológicas têm com o seu desenvolvimento sócio-afetivo, interferindo positivamente sobre a sua auto-imagem e a sua auto-estima.

As oficinas de prática desportiva serão planejadas com o grupo de adolescentes, sondando os seus interesses.

Poderão ser desenvolvidas modalidades esportivas, tais como, voleibol, futsal, handebol e basquete, entre outros, bem como jogos e brincadeiras da cultura regional e nacional.

#### 5.4.3.3 Atividades de Espiritualidade

As atividades de espiritualidade são trabalhadas de acordo com o credo religioso dos adolescentes e com a sua vontade de participar delas. O atendimento religioso será garantido em parceria com as instituições religiosas.

A Unidade tem o Técnico em Educação para acompanhar as atividades de espiritualidade e articulá-las com as demais em andamento na Unidade.

As atividades são organizadas em um projeto, que é integrado aos temas trabalhados na Unidade.

#### 5.4.3.4 Tempo Livre

O tempo livre é o espaço para atividades de livre opção do adolescente e inclui atividades esportivas, recreativas, leituras, escrever cartas, jogos pedagógicos, etc.

Estas atividades são coordenadas pelos monitores e contribuem para diminuir a ociosidade dos sábados, domingos e feriados, eliminando o sentimento de solidão e propiciando uma permanência mais descontraída e alegre, além de favorecerem o desenvolvimento de laços de amizade.

#### 5.4.4 O Atendimento em Grupo

Para todas as atividades e atendimentos propostos neste texto, a

ênfase está no desenvolvimento de atividades grupais, por considerar-se a vida social cotidiana, a convivência e os relacionamentos interpessoais como importantes conteúdos que possibilitam o desenvolvimento de vínculos baseados na relação solidária.

Permite ainda que cada componente do grupo experimente a obtenção de objetivos individuais sem precisar romper os laços funcionais com a realidade coletiva em que está inserido, facilitando a maior integração entre os seus participantes e proporcionando espaços de contatos diretos, abrangendo-se o social de cada indivíduo, o conhecimento do outro, suas sensibilidades, potencialidades, ansiedades e desejos.

Concorda-se com Kurt Lewin (in Mailhiot, 1977) quando refere que muitas necessidades individuais podem ser trabalhadas coletivamente, tais como:

- De inclusão - em se perceber e se sentir aceito, integrado e valorizado por aqueles aos quais se junta, mesmo que não seja por opção pessoal;
- De controle - ao poder identificar com quem está convivendo, facilitando o estabelecimento de sentimentos de confiança;
- De estabelecimento de sentimentos solidários sobre uma base mais realista;
- E no desenvolvimento da comunicação - através da aprendizagem para dialogar.

Sob este enfoque, o atendimento proposto estrutura-se fundamentalmente na constituição de pequenos grupos (a literatura sobre o tema indica um parâmetro entre 7 e 15 participantes, e para o trabalho com adolescentes em conflito com a lei a Febem considera o número aproximado de 10), por favorecerem a compatibilização das exigências do processo sócio-educativo à etapa do desenvolvimento individual e/ou coletivo.

Este tipo de intervenção também favorece a percepção dos fenômenos emergentes, bem como permite avaliar a necessidade de encaminhamento para o atendimento individual, visando identificar suas

dificuldades de convivência coletiva, respeitando seu momento e condições de participação efetiva.

Quanto ao contexto espaço-temporal de cada atividade grupal, é importante que seja previamente planejado, com horários de início e término definidos e periodicidade pré-fixada, de modo que esta experiência seja vivida em um mesmo lugar para dar significado e ser referência daquele momento específico.

Os profissionais responsáveis por esta atividade (segundo a maior parte dos autores, deve ser desenvolvida, preferencialmente, por duas pessoas) devem assumir certos papéis-chave, de modo a criar um clima de crescimento e aprendizagem.

Ainda segundo Lewin (in Mailhiot, 1977), estes papéis são:

- “Assumir o papel de **catalisador**, por suas atitudes de presença ao outro, de respeito aos ritmos e momentos psicológicos de cada um, de abertura e de acolhimento a toda tentativa de expressão de si, de aceitação das dificuldades que sentem alguns participantes ao se defrontarem com novos modos de comunicação com o outro. Tornam-se essencialmente catalisadores para o grupo na medida em que conseguem criar um clima de confiança total entre os participantes. Por seu próprio estilo de intervenção, ele ensinará aos outros a prática da liberdade de expressão no respeito ao outro.
- Além disto, devem tornar-se a **consciência e a memória** do grupo. Os responsáveis assumem estes papéis complementares e no momento que lhes parece indicado, isto é, quando percebem o grupo como receptivo ou quando alguns participantes deixam de se colocar na defensiva, tentam descobrir a significação daquilo que vivem no nível interpessoal. Assim, por referência exclusiva ao vivido, os participantes descobrem o que neles constitui um obstáculo às suas comunicações, isto é, as fontes de bloqueio e de filtragem que os impedem de estabelecer relações autênticas.” (p. 97)

Esta abordagem possibilita a utilização de diversas técnicas de



dinâmica de grupo, que podem ser desenvolvidas, a critério do coordenador, levando-se em conta os momentos diferenciados e necessidades observadas.

No que se refere aos atendimentos aos adolescentes e seus familiares, prevê-se a realização de três tipos diferenciados de grupos sistemáticos: o Grupo Terapêutico, o Grupo Operativo e o Grupo de Familiares.

**Grupo Terapêutico** - com periodicidade semanal, desenvolvido pelo Psicólogo com o apoio de outro profissional da equipe.

A constituição do grupo tomará por base os critérios estabelecidos no planejamento, e seu desenvolvimento objetiva a conscientização da psicodinâmica individual de cada um e sua conseqüente conduta manifesta, buscando, através da troca grupal, um melhor relacionamento interpessoal, com abrandamento de seus impulsos auto e heterodestrutivos.

Os aspectos trabalhados no grupo também estão relacionados à diminuição da ansiedade do adolescente frente à privação ou restrição da liberdade, na medida em que é proporcionada a conscientização da inadequação de seu comportamento social.

A proposição terapêutica está em promover mudança interna nas características observadas de baixa tolerância à frustração, agressividade impulsiva, uso esporádico ou sistemático de drogas, desinteresse pelo estudo, desrespeito a figuras que representem autoridade, baixa estima e outras avaliadas como comprometedoras do seu desenvolvimento sadio.

**Grupo Operativo - GO**, coordenado semanalmente pelo Técnico em Educação com o apoio de outro profissional da equipe.

É entendido segundo a definição de Pichon-Rivière (Bleger, 1980) como "(...) um conjunto de pessoas com objetivo comum que pretendem trabalhar, operando em equipe" (p. 55). A constituição do grupo leva em conta o desenvolvimento de uma tarefa comum a todos (por participarem de um mesmo curso, estarem em uma mesma etapa de escolarização, desenvolverem atividades de profissionalização na Unidade, etc.).

Este tipo de atendimento possibilita a resolução de problemas comuns aos participantes, contribuindo no desenvolvimento da iniciativa e capacidade de tomar decisões levando em conta os interesses individuais e coletivos, se concretizando nas discussões sobre dificuldades de convívio entre os adolescentes e necessidades específicas de organização para o desenvolvimento da tarefa. Com este mesmo enfoque se constitui o **GRUPO de ICPAE** aos adolescentes com possibilidade de realizar atividades externas, sendo esta a tarefa comum. A periodicidade para sua realização é de uma vez por semana, antes da saída prevista para o final de semana, onde, prioritariamente, devem ser avaliadas as intercorrências da semana anterior e revitalizadas as regras já estabelecidas, para o adequado andamento da atividade.

Segundo Bleger (1980), “o grupo operativo tem objetivos, problemas, recursos e conflitos que devem ser estudados e considerados pelo próprio grupo à medida que vão aparecendo, e seu exame se efetuará em relação com a tarefa e em função dos objetivos propostos” (p. 55).

**Grupo de Familiares** - com periodicidade mensal, coordenado pelo Assistente Social, com o apoio de outro profissional da equipe.

Visa buscar a participação efetiva da família na dinâmica institucional, integrando o mundo familiar com o mundo pedagógico-terapêutico dos adolescentes e promovendo a conscientização da família sobre a situação deste membro que está institucionalizado, orientando sobre como engajar-se nesta etapa do processo sócio-educativo.

Para o planejamento e execução das atividades no grupo de familiares o profissional utilizar-se-á também de visitas domiciliares, atendimentos individuais e contatos interinstitucionais necessários para compor o atendimento à família.

#### 5.4.5 O Atendimento Individual

O atendimento individual é prestado por todas as pessoas que mantêm contato direto com os adolescentes na Unidade. Cada agente

institucional, seja da equipe diretiva ou da operacional, através das competências inerentes a suas funções exerce um papel pedagógico e um papel terapêutico.

Reconhece-se que os adolescentes não possuem ritmos iguais, bem como não respondem homogeneamente, durante todo o período de cumprimento da medida sócio-educativa. Os atendimentos devem ser realizados em consonância com as necessidades e reações observadas. A regra é que todos deverão ter o acompanhamento de acordo com o planejamento estipulado pelo PIA.

O objetivo do atendimento individual também é contribuir para o desenvolvimento da capacidade de respeitar as normas e regras da sociedade, auxiliar na elaboração de conflitos internos, promover a elevação de sua estima, da responsabilidade individual e coletiva, entre outros aspectos.

Esta abordagem é caracterizada pela realização de:

- **Entrevistas iniciais para elaboração do PIA** (com o adolescente, familiares, etc.) - predominantemente avaliativas, no sentido de promover a compreensão da dinâmica individual do adolescente e sua relação familiar;

Trata-se de um momento importante para todos os agentes institucionais envolvidos no processo, pelo estabelecimento do vínculo inicial com o adolescente e familiares, no sentido de contribuir para o conhecimento, o mais integral possível.

O objetivo desta avaliação inicial é identificar o nível de gravidade do comportamento anti-social, distúrbios de personalidade ou patologia, se ela existir, até os recursos sociais que este adolescente traz consigo, isto é, grau de escolaridade, de capacitação profissional, de inserção familiar, etc. (conforme detalhado anteriormente para a elaboração do PIA).

A sistematização e o registro destas informações ficam a cargo dos Técnicos, iniciando a abertura do PIA e dando continuidade ao acompanhamento e orientações aos demais agentes institucionais.

- **Atendimentos da Equipe Operacional** - através de momentos formais e informais de contato individualizado sempre que o adolescente necessitar, promovendo a interlocução cotidiana no sentido de compor o atendimento integral proposto no PIA;

- **Atendimentos Individuais Sistemáticos** - pelos técnicos, durante todo o período de institucionalização do adolescente, garantido-se, no mínimo, um atendimento individual por semana para aqueles que não estão se beneficiando com o Grupo Terapêutico, frente às suas dificuldades em adequar-se às atividades coletivas, visando basicamente à resolução de conflitos pessoais e ao retorno ao convívio grupal. O acompanhamento técnico individual poderá ser realizado por um ou mais profissionais, conforme a avaliação técnica.

O atendimento individual ocorre de forma pré-fixada pelo técnico da Unidade, por solicitação do próprio adolescente (e/ou familiar) ou por encaminhamento de profissional de outra área, conforme a especificidade da demanda exigir.

- **Atendimentos Individuais Assistemáticos** - atendimentos pontuais diante de alguma necessidade específica que não foi prevista para desenvolver-se de forma sistemática, realizado através de encaminhamento a profissionais da própria Unidade ou a recursos na comunidade.

#### 5.4.6 A Família

“A natureza das interações existentes entre pais e filhos e a atmosfera geral dentro da família, intacta ou separada, têm sido consistentemente relacionadas à delinquência” (Schoemaker, 1996).

Vários autores contemporâneos relacionam a tendência ao comportamento anti-social na adolescência com a falta de cuidados maternos, privações na primeira infância e ausência da figura paterna; porém, este entendimento tem se ampliado no sentido de compreender que

a privação vivenciada não está representada somente nos vínculos biológicos, sociais e legais, mas quando passam a faltar as características essenciais da vida familiar, através das relações afetivas que se estabelecem.

A influência da família na origem da delinquência tem sido tradicionalmente enfocada sob dois aspectos: a estrutura familiar e a natureza das relações familiares. A maioria dos estudos existentes se fundamenta nos papéis tradicionais de pai e mãe, em uma época em que o padrão familiar está se modificando.

É comum a referência estigmatizadora para as famílias dos adolescentes em conflito com a lei, de serem “desestruturadas ou desajustadas”, não levando em conta a organização diferenciada que possam ter.

A crise da família é uma das evidências sociais dos tempos atuais.

Este quadro de desorganização não implica uma crise da instituição familiar como núcleo social básico, pois não é **causa** e sim **efeito**, refletindo o rompimento do consenso da solidariedade que preside a vida social. Isto provoca a ruína do sistema de reciprocidade que confere homogeneidade à família, que é assim atingida por uma crise que lhe é externa, ou seja, a crise da própria sociedade.

Deve-se, pois, entender a família em seu contexto social, em lugar de considerá-la uma unidade patológica “in abstrato”. Partícipe primeira dos grupos sociais definidos, a família tem por função criar uma estrutura de caráter e de comportamento que sirva de apoio à ordem político-social que a institucionaliza.

Desta forma, torna-se impossível pensar a família sem a conseqüente influência, que recebe da comunidade, das relações de trabalho e do controle do Estado, entre outras, salientando-se que nas sociedades “enfermas” a família “adoece”.

Reconhecendo a responsabilidade socialmente atribuída à família na condução da educação dos filhos, é fundamental que a sua participação se

dê em todos os momentos do processo sócio-educativo do adolescente, visando uma atuação parental que auxilie na brevidade da medida a que responde.

A concepção de família, a ser considerada no presente trabalho, refere-se tanto à biológica quanto a colaterais com quem o adolescente possua vínculos afetivos, bem como companheira(o) e filhos (quando houver).

Não basta que o adolescente firme compromisso consigo mesmo na perspectiva do estabelecimento do seu projeto de vida. A família deve ser estimulada, orientada e envolvida neste processo, de tal forma que passe a contribuir efetivamente no desenvolvimento do adolescente.

Cabe à Unidade reforçar e fortalecer os laços afetivos familiares e facilitar sua participação no processo pedagógico-terapêutico, no sentido de dar suporte emocional ao adolescente que busca traçar uma nova trajetória de vida. A família deverá, conjuntamente com os agentes institucionais e o adolescente, firmar contrato, no sentido de oferecer contrapartidas de estímulo, endosso e suporte necessários ao alcance das metas definidas no PIA.

Elemento facilitador para esta tarefa é identificar na família o “membro agregador”, com o qual os agentes institucionais contarão para interagir no círculo familiar.

O atendimento à família deve se dar tanto individualmente, para abordagens de situações específicas de cada grupo familiar, quanto através de intervenções coletivas, no sentido de proporcionar espaços definidos de interlocução sobre assuntos comuns aos participantes, que podem ser operacionalizados através de seminários, encontros, reuniões, grupos, etc.

Enfatiza-se a importância da realização sistemática de “Grupo de Familiares”, com o objetivo de proporcionar troca entre os membros, reflexões e busca de alternativas conjuntas para a superação de dificuldades individuais e familiares, bem como o desenvolvimento de relações solidárias.

A realização deste grupo também permite que sejam detectadas

necessidades de orientação, informação e apoio para os participantes.

Outra forma de abordagem refere-se à realização de visitas domiciliares - VD, visando ao conhecimento e à compreensão da dinâmica familiar “in loco”, proporcionando a complementação de dados para compor a avaliação e o atendimento do adolescente.

Levando-se em conta a incompletude institucional, compete aos agentes institucionais o encaminhamento a programas de atendimento e serviços comunitários (Art. 129 do ECA), no sentido da promoção do grupo familiar, visando garantir o retorno do adolescente ao convívio social, reassumindo a família sua função educativa/protetiva, aumentando as possibilidades de não- reincidência do adolescente.

É importante ressaltar que o encaminhamento a serviços existentes na comunidade onde está inserida a família, para a realização de terapia familiar, deve acontecer mesmo que a participação do adolescente seja incluída num segundo momento, quando tiver possibilidade de saída da Unidade.

#### 5.4.7 A Comunidade

Trabalhar na perspectiva de Rede é uma necessidade imposta pelos novos parâmetros legais do ECA, quando se pretende tornar efetiva a idéia de proteção integral a crianças e adolescentes, aliada a um princípio de protagonismo compartilhado entre o Estado, a sociedade, a comunidade e a família.

O termo Rede, introduzido a partir da Doutrina da Proteção Integral, diferencia-se do utilizado até algumas décadas passadas, quando designava uma cadeia de serviços similares subordinada a uma organização central.

Atualmente este termo se apresenta como elemento estratégico tanto na administração de negócios, quanto no fazer público. Pressupõe a interconexão de agentes, serviços, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, comunidades locais, regionais e mundiais.

“Uma rede pode ser o resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum, seja pela prestação de serviços, seja na produção de bens.” (Gonçalves,1992:4).

Este trabalho enfoca, mais especificamente, as diferentes Redes Sociais, que se constituem a partir dos vínculos e relações entre os indivíduos e se articulam entre si na satisfação das necessidades humanas. Algumas se tecem a partir do âmbito doméstico, da família, da vizinhança, da pequena comunidade; outras se estruturam a partir dos espaços públicos, tendo o Estado como principal personagem. Outro tipo de Rede fundamenta-se nas relações comunitárias, solidárias, nas quais protagonizam as organizações não-governamentais. Existem, ainda, Redes que nascem no seio da comunidade e pautam suas ações nas lutas sociais por melhor qualidade de vida e cidadania.

A perspectiva de inclusão social dos jovens em conflito com a lei impõe à entidade executora a necessidade de aprofundar articulação e integração com todas as Redes Sociais de proteção, no sentido de mobilizar a comunidade para acolher e manter este adolescente no convívio familiar e comunitário.

A articulação referida não deve se restringir ao momento do desligamento do adolescente: desde o seu ingresso na Unidade, por ocasião da visita domiciliar inicial, recomenda-se a identificação das Redes Sociais com as quais conta o grupo familiar, quem são as pessoas e instituições com que a família ou o adolescente possuem contato, de que forma podem auxiliar durante o cumprimento da medida, seja diretamente com a família e/ou com o jovem, seja fornecendo informações sobre a história pregressa do grupo familiar.

A histórica segmentação das políticas sociais e a falta de experiências no trabalho articulado constituem-se enquanto principais obstáculos à articulação em rede. Entretanto, é no cotidiano que esta malha se constrói, com as experiências bem-sucedidas motivando os atores envolvidos para ações cada vez mais integradas e com os insucessos devendo inspirar



reflexões, num sentido mais amplo, de modo a fomentar a formulação de políticas no âmbito dos Conselhos de Direitos e também o desenvolvimento de programas de capacitação. Dessa forma, a Febem é também uma força propulsora do processo de constituição das Redes Sociais de proteção à infância e à juventude.

#### 5.4.8 O Desligamento

No que se refere ao desligamento, cabe à equipe organizar as rotinas que programam o desligamento do jovem. Para isso, todos os registros previstos no momento do Programa de Acolhimento e que compreendem o acompanhamento de sua evolução serão instrumentos e recursos para a definição do plano de vida do adolescente.

Esta ação sócio-educativa é constituída no período de convívio do adolescente na Unidade, visto que os objetivos do programa visam ao restabelecimento da auto-estima, ao desenvolvimento do sentimento de confiança e ao planejamento pelo jovem de um roteiro de vida. Aqui também é preciso definir parceiros na comunidade e fazer a sistematização de um banco de dados que ofereça um leque de opções para encaminhamentos.

#### 5.5 O Papel dos Agentes Institucionais

Todos os funcionários da Unidade têm um papel fundamental na efetivação das propostas e, por terem como objetivo a execução da medida sócio-educativa, devem estar imbuídos do papel de educadores e agentes terapêuticos, tornando-se co-responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação da prática pedagógico-terapêutica.

O trabalho é desenvolvido na perspectiva da interdisciplinaridade, cujos profissionais devem associar embasamento teórico combinado com intuição e bom senso para enfrentar os desafios de uma prática social específica, devendo utilizar o planejamento e avaliação como instrumentos importantes na superação do espontaneísmo e ativismo para a consecução dos objetivos sócio-educativos.

Dessa forma, os agentes institucionais têm funções, atribuições e responsabilidades diferenciadas, porém trabalham conjunta e integradamente para um mesmo fim, ou seja, a execução da medida sócio-educativa de cada adolescente. Estes agentes organizam-se em duas equipes:

### **Equipe Diretiva**

É composta pelo Diretor, Assistente de Direção e Chefias de Equipe, sendo responsável pela guarda legal dos adolescentes. A ela compete a administração do programa de atendimento da Unidade, coordenando as atividades da equipe operacional.

Para tanto, é fundamental que a Equipe Diretiva tenha conhecimento prévio das diretrizes norteadoras do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, devido à complexidade e à especificidade daquilo de que se está tratando, bem como em vista da qualificação necessária para o gerenciamento institucional. A sintonia entre Direção e demais agentes institucionais é fundamental para a continuidade e solidificação das propostas de atendimento, bem como por imprimir uma linguagem única e coerente na Unidade.

Para os adolescentes, esta prerrogativa auxilia na necessidade de coerência interna, facilitando a transformação do estado de ansiedade inicial para um sentimento de segurança, pertencimento e identificação positiva com os adultos da Unidade.

### **Equipe Operacional**

Esta equipe é composta por Técnicos, Monitores, Instrutores, Auxiliares de Enfermagem e Pessoal de Apoio.

Os Instrutores desempenham importante contribuição no desenvolvimento de atividades pedagógicas que exijam habilidades específicas para sua execução. Devem seguir orientações do Técnico em Educação na organização das atividades previstas no PIA de cada adolescente.

Da mesma forma, os Auxiliares de Enfermagem compõem suas

atividades levando em conta as necessidades de saúde integral de cada adolescente, reportando-se aos profissionais de saúde da Unidade.

Os Monitores representam a garantia da integridade física, psicológica e moral do adolescente, assim como a efetivação de todas as ações previstas no Programa de Atendimento explicitadas individualmente no PIA.

É nas atividades do Monitor que se evidencia a expressão mais constante do papel pedagógico-terapêutico, uma vez que é nas 24h do dia-a-dia que o espírito da proposta de atendimento se manifesta de forma mais contundente e inequívoca. Desta forma, o Monitor representa, concretamente, a referência-padrão aos adolescentes, e suas atitudes e ações precisam ser o contraponto do mundo até então conhecido como única realidade por esses jovens. Nesta troca constante de orientações, observações e diálogos (falas e escutas) é que se estabelece o vínculo qualificado para a transformação. O ambiente continente, proposto, tem na Monitoria seu principal agente. É sua competência executar, supervisionar e orientar, junto aos adolescentes, todas as atividades previstas nas rotinas diárias.

Assim, a Monitoria é responsável pela execução e acompanhamento das atividades diárias definidas no PIA; veicula as informações através dos registros nos livros oficiais, como forma de agilizar as providências necessárias; participa, através de sugestões que melhorem a eficiência das ações pedagógico-terapêuticas, assim como é o operador direto de sua qualificação profissional pela postura de receptividade à reflexão/crítica de sua prática.

As Atividades de Apoio representadas pelas funções de motorista, cozinheiro/cozinheira, almoxarife, lavadeira, auxiliar de escritório, manutenção e outros também têm seu caráter pedagógico-terapêutico na medida em que, no cumprimento de suas funções, em muitos momentos, interagem com o adolescente.

Portanto, esses agentes institucionais precisam estar incluídos no processo, informados de objetivos, procedimentos e rotinas e capacitados

para entenderem a importância de seu papel e o compromisso com posturas e comportamentos compatíveis com a filosofia do trabalho.

Os Técnicos de uma Unidade, de modo geral, são o Técnico em Recreação, o Técnico em Educação, o Psicólogo, o Assistente Social, o Advogado, o Médico (Clínica-Geral, Psiquiatria, Neurologia, etc.), o Enfermeiro, o Dentista e outros.

Ao **Técnico em Recreação** cabe desenvolver atividades que priorizem a participação coletiva, de modo que a dinâmica grupal auxilie na introjeção de limites comportamentais como forma de incentivar a responsabilidade individual e a noção de respeito social.

Como o corpo é o limite entre o mundo externo e o interno, e se apresenta como mediador da internalização da realidade em nível representativo e imaginário, sua intervenção programada permite que o adolescente vá também estruturando sua vida psíquica ao relacionar-se diretamente (em nível corporal e criativo) com o mundo que o rodeia.

O papel do Técnico em Recreação é coordenar as atividades de cultura, definidas no PIA, através da criação de espaços privilegiados onde, através do movimento, o adolescente começa por recuperar-se a si próprio para terminar por recuperar o mundo dos objetos, passando por relações simbólicas, que surgem da espontaneidade ou de necessidades psicológicas.

Para tanto, o Técnico em Recreação observa os comportamentos evidenciados através da ação e gradualmente buscará a respectiva verbalização do grupo, propiciando aos adolescentes o conhecimento do que se passou, seus sentimentos, incentivando a compreensão mais ampla de suas atitudes.

O **Técnico em Educação** é o responsável imediato pelas ações de educação formal, profissionalização e espiritualidade, organiza e acompanha as ações pedagógico-terapêuticas implementadas através de todas as atividades que estão representadas no Mapa de Atividades da Unidade.

Sua intervenção específica se dá através da avaliação

Psicopedagógica necessária para compor o PIA (Plano Individual de Atendimento) e da realização semanal de Grupo Operativo, com o apoio de outro técnico da Unidade, além de realizar grupos com os adolescentes nas ocasiões de saída e retorno das atividades externas, que terão o mesmo caráter operativo já definido.

O **Psicólogo** desenvolve seu trabalho através da realização da avaliação psicológica para subsidiar a elaboração do PIA, ficando a seu critério a utilização de testes para auxiliar na compreensão da personalidade do adolescente.

Sua intervenção se dá prioritariamente através de atendimento coletivo no Grupo Terapêutico, como já referido.

O Psicólogo também poderá prestar atendimento ao grupo familiar, sempre que o Assistente Social e/ou Equipe Técnica considerarem necessário, visando contribuir no entendimento e intervenção na dinâmica familiar.

O **Assistente Social** que trabalha em todas as relações e contradições sociais do ser humano desenvolve suas atividades, nesse contexto, basicamente sobre dois âmbitos: na Unidade e no local de origem do adolescente.

Procede o acompanhamento sistemático ao adolescente e à sua família, trabalhando o convívio familiar, aceitação e/ou reformulação de condutas pessoais e relacionamento interpessoal com vistas ao retorno do adolescente à comunidade.

Coordena o Grupo de Familiares, como já referido, e realiza visitas domiciliares.

Desse modo, o papel do Assistente Social consiste em acompanhar o adolescente durante todo o período de recolhimento, objetivando restabelecer ou consolidar os vínculos familiares. Seu método básico consiste no estudo do indivíduo, do grupo ou da comunidade, em seus elementos essenciais, bem como na interpretação e diagnóstico das necessidades e potencialidades do adolescente, para ajudá-lo a desenvolver

o próprio senso de responsabilidade e a ter condições pessoais para inclusão social.

O acompanhamento jurídico se efetiva pelo **Advogado**, que realiza inicialmente o atendimento individual e/ou em conjunto com a família do adolescente e/ou com a Equipe Técnica, buscando esclarecer a situação processual (trâmites e perspectivas do jovem em relação ao processo), a fim de compor a ficha de atendimento e acompanhamento individual (formulário jurídico padrão). Tais informações são repassadas aos demais técnicos para a composição e execução do PIA.

É responsável pelo repasse de informações atualizadas ao adolescente e/ou familiar sobre o processo de execução, reafirmando o vínculo já proposto na entrevista inicial.

Busca também instrumentalizar o adolescente e/ou familiar para que o (s) mesmo(s) manifeste(m)-se na audiência, expondo a compreensão, postulados, críticas e anseios diretamente ao Juiz.

Após a realização das audiências, o advogado explica o conteúdo do ato judicial realizado, e o adolescente, se permanecer na Unidade, continua sendo acompanhado sistematicamente.

Para o atendimento à saúde do adolescente conta-se com **Médicos** (Clínica-Geral, Psiquiatria, Neurologia, etc.), **Enfermeiro** e **Dentista**.

Estes profissionais são responsáveis pela promoção de satisfatórias condições de habitabilidade dos quartos e demais dependências da Unidade, orientação sobre alimentação balanceada, atendimento odontológico, exames clínicos de ingresso e periódicos, assim como definições específicas quanto a procedimentos e rotinas referentes ao sofrimento psíquico, atendimento ao usuário de drogas, gestação e prevenção as DST/Aids e outros.

Através de atendimentos individuais, realizam a avaliação clínica e psiquiátrica de todos os adolescentes que ingressam na Unidade, estabelecendo o diagnóstico em função de suas patologias e indicando, junto à equipe, o tratamento e manejo adequados e encaminhamentos a médicos

especialistas na comunidade, quando necessário.

Uma questão importante refere-se à associação de ato infracional e “doença mental”, sendo freqüente o ingresso de adolescentes com sintomatologia psicopatológica ativa.

Destaca-se, novamente, a concepção de incompletude institucional, principalmente no que se refere a atendimento aos adolescentes usuários de drogas, dependentes químicos e portadores de sofrimento psíquico grave (psicoses).

É indicado o encaminhamento ao hospital de referência na rede quando houver necessidade de afastamento temporário para o esbatimento de surto psicótico ou quando o adolescente necessitar de afastamento do grupo e de recursos clínicos devido a desintoxicação e abstinência de drogas.

Na Unidade, estes adolescentes serão beneficiados através da inserção em todas as atividades planejadas, principalmente nas abordagens grupais, cujas estatísticas demonstram que são as mais indicadas, pois a figura do outro pode servir de espelho à própria realidade.

No que se refere especificamente aos adolescentes usuários de drogas, o ambiente continente da Unidade já será um fator importante para intervenções pedagógico-terapêuticas. Estas intervenções compreendem informação, orientação e reflexão sobre o consumo.

O cumprimento da medida de internação e/ou privação de liberdade, na medida em que trabalha o delito cometido, também vai trabalhar as condições em que tal fato ocorreu. Logo, tecerá considerações e reflexões a respeito do estado psíquico em que o adolescente se encontrava pelo efeito da droga ou drogas que consumia.

Os programas terapêuticos para o uso indevido de drogas referem-se, via de regra, a acompanhamento médico e psicoterápico, assim como a atividades sócio-comunitárias como recreação, lazer, inserção familiar, participação em atividades produtivas. Estas atividades fazem parte do programa pedagógico-terapêutico da Unidade; já o atendimento

psicoterápico específico poderá ser feito através de parcerias extramuros ou através de grupos de ajuda mútua.

Considerando o tempo de permanência nas Unidades e a recorrência do tema drogas entre os adolescentes usuários (diferentes formas de manifestar o desejo de consumo), é importante considerar a formação dos agentes institucionais para qualificar manejo, argumentação, identificação dos tipos de usuário, sinais de abstinência e fissura. Estes aspectos são básicos no cotidiano institucional e constituem procedimentos que podem anteceder o diagnóstico de dependência química e a conseqüente necessidade de encaminhamento para tratamento.

De qualquer forma, este tema requer reflexão e aprofundamento, pois urge a criação de uma política de atenção integral à saúde mental que abarque tais particularidades, pois não há serviços próprios para adolescentes no nosso Estado - depara-se com a carência de leitos psiquiátricos ou de desintoxicação na rede pública, bem como são poucos os profissionais com qualificação para prestar tal atendimento na Febem.

Uma primeira ação a ser implementada a curto prazo refere-se à realização de pesquisa para o conhecimento da extensão do problema existente em todas as Unidades da Febem, visando à elaboração de um projeto que dê conta das necessidades reais de atendimento para estes adolescentes.

## 5.6 A Dinâmica Institucional

A dinâmica institucional articula os diferentes papéis dos agentes institucionais e suas respectivas funções, objetivando a proposta de atendimento através da otimização integrada das diversas atividades pedagógicas, terapêuticas e administrativas que compõem o todo institucional.



## QUADRO RESUMO DA DINÂMICA INSTITUCIONAL

Instâncias de Discussão e Decisão		Participantes
Finalidade		
Reunião Técnico-Administrativa	Diretor, Assistente de Direção, Chefes de Equipe, Psicólogo, Assistente Social, Técnico de Educação, Técnico de Recreação, Médico, Enfermeiro, Advogado.	
Coordenada pelo Diretor.		Discutir, decidir e encaminhar procedimentos referentes à dinâmica institucional, integrando e otimizando o processo administrativo e técnico. É o momento de síntese que reúne diversos aspectos e momentos anteriores do processo de atendimento e busca encaminhar técnica e administrativamente soluções e melhorias no processo.
Reunião de Plantão	Monitores e Chefes de Equipe.	Coordenada pelo Chefe de Equipe.
Refletir sobre a prática cotidiana e desenvolver as atividades de forma coordenada e em equipe.		
Reunião de Microequipe	Técnicos, 1 monitor	
de cada plantão e Assistente de Direção. Coordenada pelo Assistente de Direção		Avaliar, socializar e encaminhar situações de manejo, procedimentos e atitudes nas diversas situações de convívio que envolvem a interação entre agentes institucionais e adolescentes. Compilar informações sobre os avanços no desempenho dos adolescentes e encaminhar sugestões de solução aos fóruns adequados.
Reunião de Estudo de Casos	Todos os Técnicos	
da Unidade. Coordenada por um Técnico escolhido entre seus pares		Estudar casos, redigir avaliações, sistematizar dados e informações.
Reunião Geral	Todos os agentes institucionais da Unidade.	
Coordenada pelo Diretor.		Informar, discutir e decidir questões administrativas que contribuam para otimizar o cotidiano institucional. Periodicidade bimestral.
Comissão de Disciplina	Direção, Técnico, Chefe de Equipe, Monitor eleito por seus pares, renovável por cada 4 meses.	
Avaliar e decidir sanções aplicadas ao adolescente, dando-lhe direito à própria versão.		
Reunião da Equipe Diretiva	Direção, Assistentes e Chefes de Equipe	
Discutir, avaliar e articular as estratégias de trabalho.		
Reunião de Apoio de Supervisão	Monitores,	
Servidores de Apoio e um Técnico Coordenador		Discutir temas específicos para melhor embasamento do trabalho, relacionamento e dificuldades.

Obs.: um aspecto funcional que tem comprovado sua eficiência na prática institucional de algumas Unidades e que deve ser inserido na prática diária é a leitura do Livro de Ocorrências pelos agentes institucionais que chegam pela manhã, em reunião específica para este fim, de forma que todos acessem as informações do plantão anterior e providenciem encaminhamentos.

### 5.7 Rotina Institucional para cada Grupo de Adolescentes - Proposta Básica

O que é	O que pretende	Como e periodicidade	
Responsável		Resultados esperados	
Como Avaliar (instrumentos)			
ESCOLA	Reduzir a defasagem série/idade, possibilitando formação cognitivo-sócio-afetiva, capaz de ampliar as oportunidades de inclusão social	Através de metodologia baseada na pedagogia emancipatória, com 4 horas diárias, de 2ª a 6ª -feira, ao longo do ano civil.	
	Técnico em Educação	Avanços sistemáticos e qualificados do aprendizado cognitivo-sócio-afetivo	A qualidade dos avanços e a sua periodicidade através de boletins cumulativos e pareceres escolares.
TRABALHO EDUCATIVO		Instrumentalizar com habilidades que possam garantir espaço de atividade econômica autônoma no mundo do trabalho	
		Através de Oficinas, Cursos e Grupos de Produção com bolsa-auxílio ou comercialização de serviços e produtos, organizados de forma associativa e com participação decisória, serão 3 horas diárias, de 2ª a 6ª-feira.	
	Técnico em Educação	Sistematização de conhecimentos e de habilidades profissionais	Através de instrumentos com indicadores de conquistas de habilidades, controle de produção, controles contábeis e de níveis para participação dos adolescentes.
OFICINAS DE EXPRESSÃO		Trabalhar artes plásticas, cênicas, musicais e literárias como recurso expressivo e de desenvolvimento da sensibilidade e das relações humanas	
		Através de Oficinas oferecidas duas vezes por semana, de 2 horas cada uma.	
	Técnico em Recreação	Acesso a formas diferenciadas de linguagens do adolescente como recurso expressivo de sua realidade	Através do Relatório Mensal de Atividades, apontando o grau de envolvimento, satisfação e progresso nas relações de grupo
PRÁTICA DESPORTIVA		Trabalhar a prática desportiva como recurso de desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas	
		Através de Oficinas de prática desportiva, oferecidas duas vezes por semana, de 2 horas cada uma.	
	Técnico de Recreação	Desenvolvimento da capacidade criativa e do comprometimento solidário com as situações individuais e coletivas	Através do Relatório Mensal de Atividades, apontando o grau de envolvimento, satisfação e progresso nas relações de grupo
GRUPO OPERATIVO		Qualificar as relações interpessoais e sociais	
		Grupo semanal, de 1 hora, orientado por profissional que possa encaminhar as demandas sócio-afetivas	
	Técnico em Educação	Maior habilidade nas interações sociais	Através de instrumento elaborado para esta finalidade
ATIVIDADES DE ESPIRITUALIDADE		Oferecer espaço de reflexão crítica para o desenvolvimento espiritual	
		Nos finais de semana,	

através de horários específicos para os credos solicitados pelos adolescentes, com carga horária total de 2 horas. Técnico em Educação

Desenvolvimento de uma consciência de transcendência como suporte às contingências do cotidiano Através de acompanhamento das atividades e ficha de avaliação preenchida pelo adolescente e uma amostragem dos funcionários

GRUPO DE SAÍDA E RETORNO DE ICPAE	Preparar preventivamente	
os adolescentes para o fim de semana, bem como reintroduzi-los na dinâmica institucional		
Nas segundas-feiras por ocasião do retorno e, nas sextas-feiras, antes da saída, com duração de 1 hora.		
Técnico de Educação	Desenvolvimento de senso de compromisso com sua medida; monitoramento dos progressos ou não no retorno gradativo de convívio social	Registro dos relatos dos adolescentes; registro das informações recolhidas junto a seus familiares

LIMPEZA HIGIENE PESSOAL	Internalizar a importância da	
higiene pessoal e coletiva, como forma de disciplinamento, e hábitos de cuidados com a saúde individual e coletiva		
Higiene pessoal e do dormitório diária; limpeza do coletivo planejada, em grupos, duas a três vezes por semana		
Monitoria	Manutenção de boas condições de saúde e melhoria da auto-imagem	Previsão de item no instrumento que registrará o resumo das atividades do dia para o grupo noturno

TEMPO LIVRE	Oferecer espaço de livre opção	Diariamente, com
previsão no horário geral para jogos, TV, bate-papo, escrever uma carta, etc.		
Monitoria	Distensionamento e parada das atividades do dia, assim como observação de momentos informais	Registro informal no livro do setor

GRUPO TERAPÊUTICO	Trabalhar em grupo	
conflitos subjacentes ao cotidiano institucional e progressos		
Grupo semanal, de 1 hora, definido por encaminhamento da Equipe Técnica		
Psicólogo	Atendimento específico às demandas individuais de relação necessárias à superação das questões referentes ao delito	Avaliações técnicas

GRUPO DE FAMILIARES	Oferecer apoio, reflexão,	
orientação e troca de experiências		
Mensal, com 2 horas de duração.		
Assistente Social	Desenvolvimento de relações solidárias e superação de dificuldades individuais e familiares.	Através de instrumento elaborado para este fim

ATENDIMENTO INDIVIDUAL	Atendimento específico e	
terapêutico		
Através de agendamento, atendendo à demanda dos adolescentes em alguns casos e encaminhamentos técnicos, conforme o Plano Individual de Atendimento		
Técnicos	Avanços no processo sócio-educativo dos adolescentes	Específicos a cada área de atendimento

## 6. O Processo Sócio-Educativo de Execução da Medida de

## Semiliberdade

A medida sócio-educativa de semiliberdade caracteriza-se, segundo o ECA, art.120, como um *“regime a ser determinado desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial”*.

Esta medida possui características distintas da medida de internação, uma vez que nesta os adolescentes possuem autorização judicial para realizar atividades fora da Unidade (cursos, escola, lazer, trabalho, inclusive tratamento médico). Ainda assim, deve ficar muito claro que é uma medida sócio-educativa restritiva de direito, é também diferente da medida protetiva de abrigagem.

Dessa forma, considerando ainda os parágrafos primeiro e segundo do ECA, que definem a obrigatoriedade da escolarização e da profissionalização e a indeterminação do tempo da medida, as linhas de ação para o cumprimento desta seguem alguns pressupostos básicos:

- 1º - A articulação da transição da medida de privação de liberdade para semiliberdade entre as equipes técnicas das Unidades e o Judiciário.
- 2º - O princípio da incompletude institucional, efetivado por meio da articulação entre os serviços e programas sociais executados pelas respectivas políticas públicas, fundamentais no processo formativo do adolescente.
- 3º - A garantia da escolarização com órgãos responsáveis pelo fornecimento da educação formal, bem como a discussão conjunta de outras formas de educação, buscando a garantia do direito à educação.
- 4º - O fortalecimento do núcleo familiar de referência, dando-lhe condições de exercer sua cidadania na sociedade, comprometendo-o como partícipe do processo jurídico social.
- 5º - A oferta de uma alternativa com vistas à progressão de medida.

O objetivo principal da Unidade de semiliberdade é o desenvolvimento da autonomia responsável e a reflexão crítica de ações e

circunstâncias cotidianas vivenciadas pelos adolescentes, tanto ao ato infracional pelo qual cumpre a medida, quanto pelas relações com a comunidade durante o tempo de permanência na Unidade com vistas a sua gradativa inclusão social. A ação sócio-educativa deve desenvolver no adolescente a aquisição de padrões de controle da conduta, para construção de um projeto de vida.

#### 6.1 Descrição de Ambiente

Cada Unidade de semiliberdade atende no máximo 20 adolescentes. Essas Unidades devem respeitar o caráter de restrição de liberdade imposto pela medida sócio-educativa, com o objetivo de mostrar efetivamente aos adolescentes a necessidade de atendimento especial.

Nessas Unidades, o controle externo das atividades e o ambiente educacional devem ser norteados por regras, horários e tarefas preestabelecidos pela equipe e de conhecimento do adolescente e de sua família.

Quanto à estrutura física, sugere-se uma casa localizada em zona urbana e próxima a recursos comunitários. Os quartos serão compartilhados por dois a quatro jovens, com a previsão de alguns quartos individuais, sendo que o ideal seria todos os adolescentes terem quartos individuais. As salas terão atendimentos múltiplos (lazer, grupos, atendimentos vários, etc). As salas de cunho administrativo, como direção, administração, enfermagem e de pertences de funcionários, deverão ter utilização definida e privativa. Deve haver pátio com estrutura física adequada, portão e cercamento.

A casa precisa ter um local (quarto) para recepção e atendimento de adolescentes enfermos, com doenças infecto-contagiosas e outras situações que requeiram cuidados especiais.

#### 6.2 Acolhimento

A recepção é o momento inicial que propicia ao adolescente o conhecimento e esclarecimento da aplicação da medida sócio-educativa que

deverá cumprir, a qual ele assume em contrato de responsabilidade para com a sua reintegração social.

Na recepção inicia-se o processo de orientação sobre a organização interna da Unidade, objetivos e metodologia de atendimentos, procedimentos disciplinares, normas, direitos e deveres, bem como conhecimento do ambiente da Unidade e aqueles com os quais irá conviver.

É no contato inicial do adolescente com a equipe de trabalho da Unidade que ele formará suas impressões, as quais influenciarão nas suas atitudes e relações posteriores. Por isso, é necessário que todos os funcionários atentem para estes contatos iniciais, assumindo atitudes facilitadoras de acolhimento, tais como:

- 1 Tratar o adolescente pelo nome;
- 2 Dirigir ao adolescente palavras de conforto, transmitindo-lhe segurança e apoio e abrindo-se para captar o seu estado emocional naquele precioso momento;
- 2 Não emitir na presença do adolescente conceito de valor sobre o seu delito, ou outra situação individual, de forma jocosa ou pejorativa a terceiros;
- 3 Expressar gestos concretos, proporcionando ao adolescente conforto físico. Oferecer-lhe agasalho, alimentação e/ou medicação, caso necessite.
- 4 Utilizar linguagem padrão, lembrando que o adulto é referência até na forma de comunicar-se.

Nessa atividade iniciam-se os registros, através de momentos específicos para coleta de dados, levantamento de perfil e interesses, providências com a documentação e definição do Plano Individual de Atendimento.

O adolescente deverá ser recebido pelo chefe de equipe de plantão com a devida ordem (guia) de internamento da autoridade judicial competente.

Caberá ao chefe de equipe:

- 1 Encaminhar o adolescente para exame físico, a ser realizado pela equipe

de enfermagem. Se houver indício ou menção pelo adolescente de algum problema (ex.: lesões físicas), deverá constar um atendimento anterior à entrada do adolescente na Unidade, em boletim específico;

2 Encaminhar o adolescente para higiene pessoal, alimentação e vestuário, de acordo com as suas necessidades.

2 Providenciar a revista dos pertences do adolescente. Os objetos recolhidos deverão ser colocados em local próprio, relacionados em ficha própria e assinada pelo chefe de equipe e pelo adolescente.

3 Orientar e esclarecer o adolescente acerca da dinâmica institucional e encaminhá-lo para o dormitório de recepção, de acordo com os critérios da Unidade.

4 Apresentar o adolescente aos funcionários e ao grupo de iguais, inserindo-o no cotidiano do grupo (Unidade).

Na Unidade de semiliberdade os adolescentes realizam visitas familiares nos finais de semana, sendo que a dinâmica institucional fica voltada para as avaliações de saídas desses adolescentes e dos vínculos familiares.

Considerando a tipologia destas Unidades, onde os adolescentes são preparados para o retorno familiar e convívio com a comunidade, sugere-se que as transferências ocorram de segunda a quinta-feira, com a prévia combinação e conhecimento entre as equipes, e que os adolescentes recebam informações gerais sobre a medida de semiliberdade na Unidade de origem.

### 6.3 Plano Individual de Atendimento

O PIA é um instrumento de intervenção dinâmico, estando sempre em processo de avaliação e mudança, e acompanha o adolescente desde o seu primeiro ingresso.

Os adolescentes que ingressarem nas Unidades de semiliberdade por progressão de medida terão ciência de todas as informações obtidas no período de internação, bem como das providências que foram tomadas para



o alcance das metas propostas.

Com base neste instrumento (PIA), a equipe da Unidade dá continuidade ao processo de avaliação e mudança junto com adolescente e sua família, com o enfoque de reintegração familiar e comunitária.

Considerando que nas Unidades de semiliberdade as equipes são compostas por profissionais das áreas de Serviço Social e Técnico em Educação, para as demais áreas são utilizados recursos da comunidade.

Tanto para adolescentes oriundos de outras Unidades, como para os de primeiro ingresso na Febem, o PIA deve contemplar os seguintes aspectos:

- 1 Educação formal - grau de escolaridade, metas e expectativas do adolescente no processo de ensino formal, áreas do conhecimento de que necessita ou em que deseja se aprofundar;
- 2 Profissionalização - experiências que o adolescente já possui no âmbito do trabalho, oficina de produção, cursos disponíveis e que o adolescente deseja frequentar, informações necessárias a sua orientação e formação profissional;
- 2 Relações familiares, afetivas e sociais - serão analisadas as relações do adolescente com sua família, colaterais e grupos sociais, pontuando os aspectos necessários de intervenção;
- 3 Relações comunitárias e institucionais - serão resgatadas e analisadas vivências institucionais do adolescente, bem como relações e vínculos comunitários, pontuando os aspectos necessários de intervenção na busca de mais informações, entre outros.
- 4 Cultura, lazer, esporte e espiritualidade - esses recursos serão utilizados pelo adolescente de preferência na sua comunidade de origem, aos finais de semana, durante sua visita à família. A Unidade poderá proporcionar convênios e ou encaminhamentos para frequência durante a semana, em horários noturnos.
- 5 Saúde (física e mental) - utiliza preferencialmente recurso da comunidade em geral.

## 6 Jurídico - informações acerca do andamento processual.

O PIA deve ser registrado em instrumental próprio (sistema de documentação) e arquivado no Prontuário do adolescente. Todas as demais mudanças efetuadas nos objetivos e metas traçados, bem como os resultados alcançados, também deverão ser registrados e arquivados no prontuário, em fichas de acompanhamento.

Cabe ao adolescente participar ativamente no programa pedagógico-terapêutico, empenhando-se em adquirir as condições necessárias à consecução das metas que foram contratadas no PIA.

É nas pequenas e sucessivas realizações nas atividades das quais o adolescente participa e nas relações interpessoais que estabelece cotidianamente que ele tem oportunidade de se descobrir e reelaborar sua auto-imagem e auto-estima, adquirindo a segurança e a auto confiança necessárias para caminhar em direção aos seus ideais e sonhos.

Como o PIA faz parte do projeto de vida do adolescente, sua estrutura deve conter ações de continuidade após o desligamento da Unidade, prevendo a progressão de medida sócio-educativa que possa vir a ser aplicada.

### 6.4 Ações Sócio-Educativas

#### 6.4.1 *A Escolarização*

Os adolescentes cumprindo medida de semiliberdade devem ser encaminhados às escolas públicas da rede regular de ensino, para efetivação de matrícula na etapa escolar em que se encontram. A ação do Técnico de Educação junto a essas escolas é de fundamental importância, considerando as dificuldades que a rede escolar ainda encontra para entender a especificidade desses adolescentes. Nesse sentido, o encaminhamento de alternativas à Secretaria de Educação pode melhorar a eficiência e a qualidade do atendimento.

À Unidade, por sua vez, cabe planejar-se para oportunizar aos

adolescentes-alunos espaço e tempo de estudo como suporte às atividades escolares, bem como estimular o uso sistemático da biblioteca, de modo a ampliar o campo de conhecimento do adolescente e fortalecer a ação pedagógica.

#### 6.4.2 A *profissionalização*

A profissionalização, enquanto eixo de uma proposta de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, deve ter por base a oportunidade de acesso à formação e à informação.

Dessa forma, deve estar fundamentada no trabalho educativo que, conforme definição do ECA, em seu artigo 68 - parágrafos 1 e 2 -, “é a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo”, e que “a remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo”. Tal definição nos demonstra que o trabalho educativo não é um trabalho qualquer.

Trata-se de um tipo específico de relação laboral, que, sem excluir a possibilidade de produção de bens ou serviços, subordina essa dimensão ao imperativo do caráter formativo da atividade, reconhecendo como sua finalidade principal o desenvolvimento pessoal e social do adolescente.

Nesse contexto, a remuneração recebida pelo adolescente, bem como a sua participação, em dinheiro ou espécie, no produto do seu trabalho, longe de desfigurar, vem, ao contrário, reforçar o caráter educativo, uma vez que o introduz na gestão efetiva e prática do resultado da sua atividade laboral.

Assim, o trabalho educativo, embora historicamente tenha sua raiz no trabalho social com crianças e adolescentes encontrados em estado de necessidade, não deve, de maneira alguma, ser reduzido a este aspecto de sua evolução. Na verdade, a introdução do instituto do trabalho educativo no Estatuto da Criança e Adolescente nos dá a base legal para a organização

de escolas tanto do tipo cooperativas, como oficiais ou mesmo empresariais, dirigidas a qualquer tipo de educando e não apenas às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social (GOMES da COSTA in CURY, 1992, p.203 ).

Conforme documento do Ministério do Trabalho - SEFOR - Trabalho Educativo do Adolescente: fundamentos e conceitos, define-se como trabalho educativo aquele centrado no trinômio educação, trabalho e geração de renda, de modo a garantir ao adolescente, paralelamente ao exercício da atividade produtiva, a obtenção da escolaridade mínima obrigatória e o acesso à alternativa de prosseguimento de estudos acadêmicos e/ou profissionalizantes.

Além disso, o trabalho educativo propicia ao adolescente o contato com uma variedade de tipos de trabalho, complementando a educação.

Na Febem, propostas de profissionalização vêm sendo desenvolvidas em diversas modalidades e de diferentes formas, sendo que, algumas vezes, têm se constituído enquanto propostas alternativas para ocupação do tempo e geração de renda aos adolescentes. Além disso, de forma geral, não conseguem envolver a totalidade de adolescentes de uma Unidade, tampouco o conjunto de Unidades.

Cabe salientar que, para os adolescentes que cumprem medida de internação de semiliberdade, tendo como referência o Plano Individual de Atendimento, buscar-se-ão parcerias para ações de profissionalização na comunidade.

Nesse sentido, destaca-se aqui importante e fundamental parceria que envolve a STCAS, através da Febem, da Diretoria de Proteção Especial/DPE e do Departamento de Trabalho, com a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas/CORAG, para o desenvolvimento de Programa Integrado de Profissionalização Gráfica e Marcenaria, que vem demonstrando excelente efetividade na perspectiva da execução dos Planos Individuais de Atendimento e da construção dos planos de vida para os adolescentes que participam dos cursos de marcenaria, serigrafia, offset e editoração

eletrônica.

Salienta-se também que o Programa Integrado de Profissionalização Gráfica e Marcenaria, além de integrar diferentes órgãos no âmbito estadual, já aponta a composição com outros parceiros governamentais e não-governamentais, com vistas à qualificação e à constituição de uma proposta de profissionalização cada vez mais próxima da realidade da adolescência e das mudanças no mundo do trabalho.

Com base nos referenciais e dados citados acima, é fundamental que se defina uma proposta unificada com concepção de trabalho educativo, que busque contribuir para a construção de um projeto de vida, que faça uma aproximação ao mundo do trabalho, com suas leis, lógicas e contradições, que tenha como ferramenta a aprendizagem específica de determinada técnica, mas que também priorize a aprendizagem de conhecimentos básicos que permitam elevar os níveis de participação dos adolescentes, de modo que a ação pedagógica se constitua na perspectiva da inclusão social a partir da construção da cidadania.

As atividades de trabalho educativo devem envolver todos os adolescentes, contribuindo no seu processo de socialização e organização, incluindo ações diversificadas que possibilitem a demonstração de potencialidades individuais e elevem seus níveis de auto-estima. Deverão também prever espaços de reflexão sobre seus atos infracionais, na perspectiva da construção de seu projeto de vida pessoal e profissional, sob novas bases, com o estabelecimento de relações mais solidárias e de formas de gestão cooperativas. Além disso, precisam estar contribuindo para ingresso e permanência, com sucesso, na escola.

No cotidiano das atividades, é preciso prever a articulação de conhecimentos básicos e específicos, a priorização de conteúdos e vivências adequados à faixa etária, que enfoquem o exercício de iniciativas positivas de participação e responsabilização (comprometimento) consigo e com os outros.

Deve ser priorizado o protagonismo do adolescente através do

fortalecimento do processo de participação e incentivo à autonomia, incidência no planejamento, execução e avaliação das atividades desenvolvidas, bem como apropriação dos resultados (produtos do seu trabalho).

Nessa perspectiva, a profissionalização traduzir-se-á em uma proposta com atividades de trabalho educativo que tenha o compromisso com a emancipação dos sujeitos e não com a ocupação de tempo ou com o ganho temporário. Ao mesmo tempo, deve oportunizar a geração de renda, a vivência da obtenção de recursos financeiros a partir do próprio trabalho e do trabalho em grupo. O aprendizado para a vida pressupõe o estabelecimento de um contrato com cada adolescente e também com sua família, visando à realização pessoal do adolescente articulada à sua formação enquanto profissional e cidadão.

As Unidades de Semiliberdade devem desenvolver parcerias com entidades de ensino profissional, empresas prestadoras de serviço, indústrias, comércio, etc., no sentido de oportunizar aos adolescentes iniciação, finalização profissional, geração de renda e/ou colocação no mercado de trabalho em geral.

Respeitando as características individuais do adolescente, prescritas no PIA, a equipe da Unidade de Semiliberdade deve :

- 1 No encaminhamento do adolescente a cursos profissionalizantes, levar em conta a demanda do mercado de trabalho no município de origem, a oferta de cursos no município onde o programa está sendo desenvolvido, o interesse e a habilidade do adolescente.
- 2 Oferecer ao adolescente informações quanto às alternativas de profissionalização, auxiliando-o na escolha de uma profissão adequada às suas aptidões, interesses e habilidades.
- 2 Oportunizar ao adolescente o acesso a noções gerais (comportamentais, legais e econômicas) que regem o mundo do trabalho.
- 3 Manter contato constante com professores dos cursos, visando avaliar o seu aproveitamento.

- 1 Ter um profissional fixo (Técnico em Educação), como referência para o acompanhamento das atividades externas.
- 4 Em atividades internas, criar situações simulando solicitação de emprego, preenchimento de fixas cadastrais, entrevista com o empregador, etc., visando a preparação para o ingresso no mercado de trabalho.
- 5 Avaliar continuamente seu desempenho, valorizando a permanência e a participação do adolescente no processo de capacitação profissional.
- 6 Após o término do curso, a equipe deverá avaliar o adolescente quanto à aquisição dos pré-requisitos necessários para a inserção no mercado de trabalho. Caso não tenha conseguido atingir os objetivos esperados, deverão ser reavaliadas suas aptidões e posteriormente ele deve seguir para novo curso profissionalizante.
- 7 Garantir que as atividades de qualificação/iniciação profissional e geração de renda, realizadas pelos adolescentes, estejam de acordo as Normas Nacionais (ECA e CTL) e internacionais (OIT) sobre a proteção ao trabalho.
- 8 Desenvolver as atividades de qualificação/iniciação profissional e geração de renda considerando a demanda e as exigências do mercado de trabalho.
- 9 Garantir que as atividades de profissionalização e geração de renda oferecidas aos adolescentes não os privem ou prejudiquem em suas atividades escolares.
- 10 Articular-se com entidades de ensino profissional, empresas prestadoras de serviços, industriais, etc., no sentido de oportunizar aos adolescentes iniciação/finalização profissional e/ ou geração de renda.

## 7. Plano de Implantação do PEMSEIS

Etapa	Período	Participantes		
	<b>Atividade</b>	<b>Responsável</b>		
Apresentação da proposta aos diretores das Unidades outubro	Diretores das Unidades Seminário	DSE Presidente	5 de	
Apresentação da proposta para Diretorias da Febem outubro	Diretores e assessores Seminário	DSE	20 de	
Apresentação da proposta aos Assistentes, Chefes de Equipe e Técnicos das Unidades	Assistentes, Chefes de Equipe e Técnicos Outubro e novembro /2000 Assistentes, Chefias de Equipe e Técnicos Seminário	DSE		
Apresentação da proposta a instâncias governamentais quinzena de novembro/2000	Presidente Seminário		1ª	
Apresentação da proposta e deliberação no CEDICA	Novembro/2000 Seminário	Conselheiros Presidente		
Apresentação da proposta e deliberação no CONSIJ	Novembro/2000 Seminário	Juizes Presidente		
Elaboração de planejamento para implantação da proposta nas Unidades	Novembro/2000 Seminário por Unidade	DSE e Unidades DSE		
<b>DQPC</b>				
Implantação da proposta nas Unidades março/2001	Equipes das Unidades Compreende as três etapas seguintes Unidades DSE	Dezembro/2000 a		
Capacitação para a implantação da proposta nas Unidades	Equipes das Unidades Seminário	DSE DQPC	Idem	
Supervisão/ Monitoramento da implantação da proposta nas Unidades	Idem Visitas às Unidades Supervisoras Assessores	Equipes das Unidades		
Testagem de instrumentos (indicadores) novembro/2000	Todas as Unidades, a partir de piloto na CSE Aplicação dos instrumentos Supervisoras Assessores	Outubro e		

\* A capacitação é compreendida como um processo que abrange duas



dimensões:

- a própria compreensão do conteúdo deste programa;
- os conhecimentos necessários para a implementação do programa, sondados a partir das dificuldades observadas na prática.

\* Nos seminários deve-se prever:

Leitura anterior da proposta pelos participantes

Apresentação em tópicos dialogada - por diferentes apresentadores

Dinâmica para verificação da compreensão

Conforme o público, deve-se trabalhar com o texto original ou um texto-síntese.

## **8. Interfaces**

O programa prevê interfaces internas com as demais diretorias e assessorias da Fundação. Dentre as interfaces externas, destacam-se as Secretarias Estaduais do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, de Educação, da Saúde, da Segurança, da Cultura; as Prefeituras Municipais, o Poder Judiciário, Universidades e Entidades não-governamentais integrantes da rede de atendimento.

## **9. Referências Bibliográficas**

ABERASTURY, Arminda e KNOBEL, Maurício. Adolescência. Artes Médicas.

ASSIS, Simone Gonçalves. Traçando caminhos de uma sociedade violenta. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 1999.

BASES PARA UM PROGRAMA DE GOVERNO. Caderno 2. GTE 2000.

Porto Alegre: PT/RS, julho/2000.

BLEGER, José. Temas de Psicologia. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1980.

BLEGER, José. Psico higiene e Psicologia Institucional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

CAPRILES, René. Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista. Scipione, 1989.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Pedagogia da Presença - Introdução ao trabalho sócio-educativo junto a adolescentes em dificuldade. Modus Faciendi Publicações e Serviços Ltda.

CURY, M. et alii. Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais. Malheiros Ed., 1992.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal 8.069/89. Brasília, DF.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Minidicionário da Língua Portuguesa. Editora Nova Fronteira, 1977.

FERREIRA, B. Weil & RIEF, Edgar. Psicologia e educação: desenvolvimento humano - infância. Porto Alegre, Edipuc/RS, 2000, Vol. I.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR - Febem/RS - DIRETORIA SÓCIO-EDUCATIVA. Projeto: o adolescente autor de ato infracional e o processo sócio-educativo na execução de medidas privativas de liberdade e de semiliberdade. Porto Alegre, outubro/2000.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR - Febem/RS - DIRETORIA SÓCIO-EDUCATIVA. Programa de atendimento das novas Unidades da Febem construídas no espaço físico do antigo IJM. Porto Alegre, 2000.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR - Febem/RS - DIRETORIA SÓCIO-EDUCATIVA. Relatórios de supervisão das Unidades da Febem/RS. Porto Alegre.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR - Febem/RS. Projetos e textos desenvolvidos pelas equipes das Unidades da Febem/RS. Porto Alegre.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO DE DESPORTOS. JERGS - Jogos da Escola Popular e Democrática. Porto Alegre. 1999.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Construção da Escola Popular e Democrática. Texto base para as Pré-Conferências Municipais/Microrregionais de Educação. Porto Alegre, julho/2000

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO DE DESPORTOS. Olimpíadas Participativas Outros 500. Porto Alegre, agosto/2000.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/DEPARTAMENTO DE DESPORTOS. I Conferência de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, agosto/2000.

KNOPKA, Gisela. Serviço Social de grupo. New Jersey, Zahar Editores, 1980.

MAILHIOT, Gérald Bernard. Dinâmica e gênese dos grupos: atualidade das descobertas de Kurt Lewin. 4ª Edição, 1977.

MAKARENKO, Anton. Poema pedagógico. 2ª Edição. São Paulo, Brasiliense, 1987.

OSÓRIO, Luis Carlos. Abordagens psicoterápicas do adolescente. Porto Alegre, Editora Movimento, 1991.

OUTEIRAL, José O. O adolescente borderline. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Referencial político-pedagógico de Betim. Betim/MG, 1998.

SILVA, Paulo D. de Castro. Escolinha de futsal. Mimeo. Febem/Santo Ângelo, abril/1999.

SCHUCH, Patrice. Estranhando o familiar: a importância de informações para o atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Mimeo. ASP/Febem.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi et alii. Aspectos do atendimento direto ao jovem com prática de delito. CADERNOS CBIA 3. Rio de Janeiro, 1992, p. 38 - 51

VOLPI, Mário. Os adolescentes e a lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização / Mário Volpi e João Batista Costa Saraiva - Brasília: ILANUD, 1998.

VOLPI, Mário. O adolescente e o ato infracional.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo, Martins Fontes, 1989.